

**O PERCUVIVO E A LUTA PELA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO -
ENTREVISTA COM OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA**

Gracielle Rodrigues¹

Lier Pires Ferreira²

Roberto Mosca Junior Junior³

RESUMO: Entrevista concedida, como as demais que integram o presente Dossiê da Revista Perspectiva Sociológica, como parte do resgate da memória de fatos e passagens relacionados ao processo de formação da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ) nos anos 1980. Os relatos jogam luz sobre a discussão da profissão de sociólogo, que acabou abrindo caminho para luta pela reinserção da Sociologia na escola básica, então nomeado 2º grau, com a aprovação da obrigatoriedade alcançada na constituição estadual de 1989. São sete depoimentos de cientistas sociais que se envolveram em maior ou menor grau na criação da Associação e na luta pelo retorno da sociologia a escola básica. A presente entrevista é um depoimento de Otair Fernandes, professor associado dois da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, membro do Laboratório de Estudo Afro-Brasileiro e Indígena. Os depoimentos fazem parte de uma série de entrevistas realizadas entre setembro 2020 e junho 2021 no âmbito da pesquisa acadêmica “Organizações e Lutas pelo Ensino de Sociologia na Educação Básica” proposta pelo prof. Lier Pires em parceria com o prof. Roberto Mosca Junior e a bolsista Gracielle Rodrigues do Programa de Iniciação à Docência desenvolvida no contexto da licenciatura em Ciências Sociais Colégio Pedro II, PIBID/CP2.

243

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia, Sociologia no Ensino Médio, Movimentos Sociais, Memória.

ABSTRACT: Interview granted, like the others included in this Dossier of Sociological Perspective (issue #32), as part of the retrieval of memories related to events and passages concerning the formation process of the Professional Association of Sociologists of the State of Rio de Janeiro (APSERJ) in the 1980s. The accounts shed light on the discussion about the sociologist profession, which ultimately paved the way for the struggle to reintegrate Sociology into basic education, then referred to as the high School, with the mandatory approval achieved in the 1989 state constitution. There are seven testimonies from social scientists who were involved to a greater or lesser extent in the creation of the

¹ Graduanda em Psicologia - Universidade Veiga de Almeida. Ex-bolsista no PIBID/CP2 - 2020.

² Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Titular do Colégio Pedro II. Pesquisador do Laboratório de Estudos Políticos de Defesa e Segurança Pública (Lepdesp/UERJ) e do Núcleo de Estudos dos Países BRICS (NuBRICS/UFF).

³ Doutorando e mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UERJ. Pesquisador (CNPq) do LAEDH/CPII, na linha de pesquisa do Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME). Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

Association and in the fight for the return of sociology to basic education. This interview is a testimony from Otair Fernandes, an associate professor at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ), and a member of the Laboratory of Afro-Brazilian and Indigenous Studies. The testimonies are part of a series of interviews conducted between September 2020 and June 2021 as part of the academic research "Organizations and Struggles for the Teaching of Sociology in Basic Education" proposed by Professor Lier Pires in partnership with Professor Roberto Mosca Junior and the grantee Gracielle Rodrigues from the Initiation to Teaching Program developed within the context of the degree in Social Sciences at Colégio Pedro II, PIBID/CP2.

KEYWORDS: Teaching of Sociology, Sociology in High School, Social Movements, Memory.

Roberto Mosca Junior (RMJ): Bom dia, Professor Otair. A ideia hoje é realizar essa entrevista com você para a gente tentar resgatar alguns momentos históricos sobre a luta pelo retorno da sociologia para a escola básica, e também para você narrar um pouquinho da sua trajetória, a ideia é falar um pouquinho de história de vida, e para isso, no início dessas entrevistas a gente está pedindo para que vocês falem um pouquinho sobre o ambiente familiar de vocês, a formação dos pais, como é que o ambiente escolar, Onde? Quando você estudou? Suas filiações intelectuais, algum livro marcante, um pouquinho essa pegada aí a gente chama de influências. Essa primeira parte da entrevista, então, pode ficar à vontade para falar um pouquinho do ambiente familiar, formação dos pais, ambiente escolar, filiações intelectuais e, se quiser citar a obra Autor. Bem, obrigado, antes de tudo, pela participação, Otair. Gracielle, Lier e eu, a gente agradece muito pela participação, certamente.

Otair Fernandes (OF) : Bom pessoal, me chamo Otair Fernandes de Oliveira, assumo hoje a condição de intelectual negro, afro brasileiro, voltado para as questões sociais com foco nas questões étnico raciais, mas que ao longo dos anos a nossa trajetória foi marcada por um percurso que chamo de PercuVivo, isto é, um percurso de formação viva e contraditória, ambígua, tortuosa, onde nada foi planejado. Quero, inclusive, elogiar esse trabalho. Um trabalho de registro da memória de uma campanha que foi vitoriosa no contexto do momento político do país importantíssimo, a década de 1980 1990, contexto de democratização do estado brasileiro, com mobilizações sociais no qual tivemos a honra e o prazer de participar ativamente. Então, de lá para cá, muitas águas rolaram, é de cara

um trabalho sobre memória, sobre determinados acontecimentos. Para nós, é um trabalho muito importante. Eu, atualmente estou professor associado II na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Eu sou membro do Laboratório de Estudo Afro-Brasileiro e Indígena (LEAFRO). Coordeno um grupo de pesquisa chamado Patrimônio, Educação e Cultura Afro-Brasileira (GEPECAfro). Sou cofundador com alguns colegas e até recentemente coordenador, do programa de Pós Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPaCS), um programa que surge como resultado de um processo de construção coletiva a partir de docentes de diferentes cursos da Universidade Rural, tanto do campus Nova Iguaçu, no qual tenho orgulho de fazer parte, como do campus de Seropédica, que tem a questão do patrimônio, da herança, da preservação da memória como questão importante. No meu caso, faço um recorte com a questão étnico-racial, com a questão da população negra, da cultura de matriz africana, cultura afro brasileira, que nos custa muito caro.

OF: Então, estar nesse projeto, participar desse projeto para falar um pouco da nossa trajetória, do nosso PercuVivo, onde a luta pelo retorno da sociologia no segundo grau, no âmbito da Associação Profissional e Sindical dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ) é uma coisa maravilhosa e eu quero agradecer por isso e parabenizar o grupo por esse projeto. Por quê? Porque vocês me fazem, através das minhas memórias, fazer uma viagem ao passado, mas de olho num presente que se estruturou a partir dessa história, com a perspectiva do futuro que dá a oportunidade da gente contar um pouquinho quem somos nós, o que fizemos e qual é o potencial que carregamos. Entendeu? Em relação às nossas realizações. Então, para nós é um motivo de alegria. E posso dizer que hoje, ao atuar no nosso programa de pós graduação, atuar na Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negras (ABPN), no grupo e na área científica memória e patrimônio, tem tudo a ver com aquilo que a gente quer trabalhar.

OF: Então eu acho que é um momento importante e espero colaborar nesse sentido. Mas vamos lá! O foco do recorte é a campanha da sociologia no antigo segundo grau, hoje ensino médio. E como é que me embrenhei nesse projeto? Como é que entrei nisso? Como é que foi? Bom! Eu sou afro brasileiro, “negão”, filho de uma família negra numerosa e que não tive nada fácil. Nascido no Morro do Tuiuti, ali em São Cristóvão, perto do campo de São Cristóvão hoje Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga, antigamente

conhecido como "Feira dos Paraibas". Para nós, a memória é importante e esta região tem uma história fantástica no Rio de Janeiro com a população nordestina, com a população negra, com a cultura carioca. Não dá pra falar de cultura carioca sem falar nos nordestinos e na "feira dos paraibas". E eu sou oriundo do Tuiuti, mas que desde cedo, ainda pequeno, fui com a minha família morar em Mesquita, que era distrito de Nova Iguaçu na época (hoje é município emancipado). Moramos na Rua da Vala, no morro perto dos meus avós (Maria e Geraldino) que já estavam lá. Então, com mãe, meu pai e meus irmãos, éramos dez, morávamos num barraco. No morro, de vez em quando, quando fazia frio, eu lembro da experiência em que a gente pegava o jornal e botava nas frestas das tábuas do barraco para fugir daquele frio do meio de ano, mês de junho e julho, que era terrível.

OF: Então, eu fui um garoto de uma família numerosa. Papai e mamãe trabalhavam desde cedo, fomos criados pelos irmãos mais velhos, que cuidavam dos mais novos ao mesmo tempo. A gente tinha uma liberdade, um senso de liberdade, de tá na rua, de tá brincando. Coisas que muitos garotos de famílias não tinham. Não que a gente não tivesse controle, porque o controle social naquela época, ah, para os pais, além da presença dos pais, eram os vizinhos. "Seu pai sabe que você esteve aqui, está aqui, está fazendo?" Então, a gente voltava correndo para casa.

RMJ: Otair, desculpa, quantos irmãos? E você era o mais velho ou mais novo?

OF: Lá em casa era uma família de dez membros, papai e mamãe mais oito irmãos. Eu soube depois que teve um filho, o mais velho que eu não conheci, eu não era nascido e que ele faleceu quando bebê. Então, na verdade, a família de dez, tive oito irmãos e três irmãs, três mulheres mais velhas e cinco homens, sendo que eu Otair Fernandes de Oliveira tenho um irmão gêmeo Otacílio Fernandes de Oliveira Filho somos o penúltimo, antes do meu irmão caçula Eduardo Fernandes de Oliveira que hoje é advogado. A minha irmã mais velha se chama Cacilda, depois vem a minha irmã Vanda, depois a minha irmã Maria Lúcia, depois vem meu irmão Ricardo e meu irmão Gerson, eu e meu irmão gêmeo, e meu irmão caçula. Era uma família numerosa que tem vantagens e também desvantagens, incluindo questões de conflito interno.

RMJ: Quase uma comunidade?

OF: Taí. Uma verdadeira comunidade. Porque é o seguinte, além da questão consanguínea nossa família se estendia para os outros parentes do meu pai e da minha mãe que moravam próximos. E dos vizinhos, porque o vizinho fazia parte da família. Quando mamãe e papai iam trabalhar cedo, de madrugada, sabe qual era a frase que diziam: - “vizinha? olha os meus garotos aí que eu tô indo”.

RMJ: Verdade, é uma tradição. Você falando assim, lembro disto como uma tradição dos bairros de subúrbio. Eu sou do subúrbio início dos anos 1970, assim, na minha juventude e na verdade desde criança com 10, 12, 13, 14 anos passei por isso porque era muito comum.

LPF: E o que que motivou a tua saída com a tua família do Tuiuti? De São Cristóvão para Nova Iguaçu, para Baixada?

OF: Eu não sei o motivo porque somente recentemente estou tendo a oportunidade de rever essa história por conta da provocação de uma amiga minha, Sandra Coleman que mora nos Estados Unidos, que estava escrevendo um livro sobre homens negros e escreveu um livro sobre as mulheres negras falando de várias intelectuais, entre professoras universitárias e outras senhoras, agora está escrevendo um livro sobre os homens negros que deve sair este ano ainda. Ela me propôs contar um pouquinho da minha história. Estou revendo isso, pois eu não me lembro, eu não era nascido. Quer dizer, desculpe, eu já era nascido e era um dos menores. Quer dizer, eu vim para Mesquita muito cedo, provavelmente com quatro ou cinco anos de idade provavelmente, eu não tenho certeza... Mais uma coisa eu sei que os meus avós por parte de mãe eram oriundos de Itaperuna, vieram de lá pra cá na década de 1940, para o Rio de Janeiro, pra tentar a vida melhor. O meu pai era de Mar de Espanha (Minas Gerais), também veio para o Rio de Janeiro, sua família em Mar de Espanha morava numa fazenda e trabalhava para o dono da fazenda como peão. Meu pai Otacílio Fernandes de Oliveira veio servir o quartel no Regimento Floriano e depois ele se instalou no Rio de Janeiro e também foi morar no Tuiti.

OF: Antes, moravam em São Cristóvão perto do Largo do Pedregulho, do Morro do Pendura Saia. Minha mãe vem no ano que ela completou 15 anos, no final da segunda metade dos anos 40, mais ou menos em 1948. Então os meus avós moraram com a minha

com uma das minhas tias, de favor. Moravam ali e depois compraram um terreno em Mesquita. Aí foram morar em Mesquita. Então, acredito que os meus pais se conheceram, depois casaram e foram morar no Tuiuti, tiveram os filhos e foram para mesquita. Por quê? Para poder não só ficar perto dos meus avós, mas foi onde eles construíram também uma casa, um barraco, mas construíram um barraco próprio com terreno, coisa que no Tuiuti não tinha muito espaço. E aí, acredito que nós chegamos em Mesquita na década de 1960. Depois, nessa pesquisa que eu estou fazendo, que provavelmente vai virar um livro, eu vou pegar maiores detalhes que agora que estou fazendo essa leitura interna da trajetória da minha família. Famílias negras que muitas vezes tá só na lembrança do mais velho.

OF: Muitos já morreram, daí esse trabalho, um trabalho de reconstrução. Quer dizer, ver através da memória. É um trabalho de reconstrução. Então, o que acontece? O motivo certo mesmo eu não tenho certeza, mas eu lembro da minha mãe depois fazer um comentário que pode ter influência nisso, que uma das vezes ela foi levar o meu pai de madrugada até o portão quando ele saía para o trabalho, ela estava grávida e quando saiu para fora do portão lá do morro sentiu uma coisa entrar na perna e era uma bala, um projétil, ela teve que ir pro hospital. Ela deu tchau pro meu pai, daqui a pouco caiu no chão e meu pai teve que voltar e socorrê-la. Então, acredito que as razões para os meus pais irem para mesquita tem a ver com essa situação, a perda de um filho e a violência tem a ver com o deslocamento dos meus avós. Lá em Mesquita, estavam perto dos meus avós e conseguiram uma área que tinha quintal onde a gente tinha criações, criava cachorro, criava galinha, criava porco. Eu lembro da minha infância de como papai e mamãe trabalhavam. Todo mundo (filhos/as) tinha obrigação. Eu acho que uma das questões nessa trajetória é os estudos da população negra pobre, o branco pobre também, é que você não tinha empregada. Mamãe era empregada doméstica das outras classes, da classe média.

OF: Muita vezes minha mãe não voltava pra casa, nem final de semana, pra ficar servindo os filhos da patroa, etc.

RMJ: Imagino então que você vai começar a sua vida escolar lá em Mesquita. Se você puder engatar essa narrativa da família passando para a escola, por exemplo chegou a qual escola, em que ano etc. Você lembra desses detalhes?

OF: Eu me lembro. Sim, exatamente. É isso. E aí, ela [mamãe] tinha instalado a família toda, um barraco só com a sala grande, um quarto que papai e mamãe dormiam, na sala onde eu dormia com os meus irmãos e irmãs, uma cozinha e um banheiro. Um quintal que tinha as criações e todos nós tínhamos obrigações para cuidar. Quando as minhas irmãs não eram casadas, elas cuidavam da casa propriamente dita, dos serviços domésticos, cozinhar, passar, limpar. A gente (os meninos homens) cuidava do quintal e das criações. O meu pai era daquele que chegava à noite e ia direto vê a criação e o chiqueiro do porco. Quando chiqueiro não estava lavado, acordava a gente para lavar, porque aquela era a ideia da responsabilidade. Meu pai estudou até a quarta série do antigo primário, minha mamãe infelizmente não estudou, ela tinha uma mágoa com meu avô por conta disso, dela não ter se alfabetizado, era analfabeta, uma mágoa muito grande com isso. Por conta disso, a obrigação de ir à escola para nós era uma obrigação fundamental.

OF: Então, aí entra a escola. Nossa vida era ir para a escola de manhã, voltava, almoçava, fazia as obrigações de cuidar dos animais, etc. E depois, a gente tinha a oportunidade de brincar. Eu me lembro do orgulho que tinha de ir à escola, eu estudava na escola pública, eu estudava no Rotary que era uma escola pública estadual em Mesquita, ao lado do Mesquita Futebol Clube, então a gente descia do morro. Eu lembro do uniforme camisa branca, calça azul, sapato preto de borracha e meia. Quando a meia furava, quando caía a chuva, molhava tudo, aquela borracha do sapato era horrível, imagina o cheiro. A camisa branca tinha o emblema do Estado do Rio de Janeiro e tinha divisas onde cada divisa era uma série e a gente tinha um orgulho. Eu me lembro do orgulho que eu saía uniformizado pra ir para escola. Para nós era um valor que papai e mamãe sabiam que eu tinha.

RMJ: A gente tá falando de que ano, no Rotary?

OF: A gente tá falando da segunda metade dos anos 1960 e início dos anos 1970. Porque até a véspera de Natal de 72 eu morei em Mesquita. Não me lembro do tempo no Tuiuti, mas lembro do tempo em Mesquita, entendeu? Eu penso meia nove, meia oito.

OF: Eu lembro da Copa de 1970. Eu lembro que na nossa rua, Rua da Vala lá no morro, só poucas casas tinham televisão. E uma das casas, aliás, a única que tinha televisão era de um português que tinha um comércio, o seu Manoel. E que ele botava numa na sala e

abria a janela. A família dele ficava na sala assistindo e a gente ficava... a garotada, nós ficávamos do lado de fora pra ver os “irmãos coragem”, o “Chacrinha”, tá entendendo? E a Copa foi sensacional em 1970.

RMJ: Eu me lembro os filmes, alguns do cinema nacional, que retrata esse momento. Porque eu não vivi isso. Mas muito interessante você relatar e tal.

OF: Então é isso aí. É no morro que acontece o morro... No princípio, o morro não era asfaltado. Quer dizer, então era lama pura quando chovia tanto. Imagina quem ia trabalhar e estudar. Às vezes tinha que usar dois sapatos ou ir com o sapato velho, passava na lama e depois lá embaixo botava o sapato engraxado e tal pra ir trabalhar. Agora eu lembro quando papai comprou uma televisão marca Zenit. Não sei se ele comprou ou ganhou porque era usada, mas já tinham lançado a TV a cores. Mas, a gente via a televisão preto e branco, foi uma Zenith de válvula. E quando ligava ficava aquele chiado, do tubo de imagem. E pra gente falsear, pra gente achar que estava abafando com a TV a cores porque tinha chegado a TV a cores, a gente comprava papel celofane azul e vermelho e botava na frente da televisão.

OF: A gente era criança e adorava aquilo, porque dava uma de diferente. Outra coisa, era uma época que a coca cola não era a coca cola que é hoje, o refrigerante mais vendido era o Mineirinho. Então, você tinha Coca cola, Crush e Grapette. Nós não tínhamos dinheiro para poder comprar refrigerante, bebia quando alguém trazia de casa, às vezes um final de semana, papai comprava porque era almoço de final de semana. No domingo, geralmente almoço de domingo, gente comprava Q Suco e água mineral com gás, Q suco de uva com água mineral com gás, a gente tinha a nossa Fanta Uva. O Q suco de laranja com água com gás a gente tinha nossa Fanta Laranja. Então, por que que eu estou dizendo isso? Porque a gente morava no morro, a gente era pobre, mas nunca passamos fome. Éramos divertidos, uma família divertida. Papai tocava acordeão. Do ponto de vista cultural, cultura e musical, tinha sempre cantores nordestinos e eu lembro do trio nordestino, do papai com o pessoal lá, etc.

OF: E aí nós nunca passamos fome, pois papai e mamãe, através do trabalho duro, nos ensinaram através do trabalho a provisão, então nós nunca passamos fome. E era criativa, a mamãe. Criativa na cozinha, a gente era criativo de outra forma. Então, eu tive uma

infância boa, alegre e divertida, entendeu? Eu me lembro muito bem a gente no almoço domingo, a gente ia para casa da minha avó, minha avó Maria, que juntava as famílias com os outros primos. Era festa! Os outros primos, as mulheres, as conversas, os homens jogando carreado e a gente brincando, entendeu? E quando vinha o almoço, a gente almoçava e depois voltava da casa da vovó. Esse era o nosso programa de domingo. Ou então, quando visitava um tio no outro bairro. Eu me lembro que mamãe falava que no Tuiuti, lá no Tuiuti, os vizinhos se tornavam parentes e aí um batizava o filho do outro, uma outra característica também dessas comunidades, um vai batizando o filho do outro. Então, quando eu morava em Mesquita, a minha madrinha continuava morando lá no Largo do Pedregulho. Chamada de Nega porque tinha a pele clara, mas não era negra, não era branca portuguesa, nem branca europeia. Era engraçado, era chamada de Nega pelo meu padrinho e pelo meu pai. Hoje, a gente tem uma compreensão política de como o racismo opera, a lógica do racismo estrutural, mas a minha madrinha não passaria no sistema de cotas, por exemplo.

RMJ: Muito bacana essa história da sua família. Mas e a escola? Como é que era essa história? Como é que é esse papo dentro da escola? Como é que você, o Otair Fernandes, foi seguindo no Rotary? Não sei se você mudou de escola, como é que foi isso?

OF: Eu lembro pouco. Eu lembro pouco das minhas passagens. O que que eu lembro da escola era essa. Nosso orgulho de ir. A questão é que o papai cobrava. Se chegasse com queixa da escola ficava de castigo e tal. Ele cobrava porque ele usava a violência. Era o único recurso que ele usava para controle, que era castigo. A gente apanhava. Eu não lembro assim dessa época de Mesquita, dos meus professores. Estava olhando os colegas, a maioria, tudo negro. Escola pública, a classe era pesadamente de alunos e alunas negras. E eu lembro da merenda escolar. Eu lembro do general da foto Garrastazu Médici que ficava lá [na parede] o general com a faixa de presidente. Então, isso é a década de 1970 e pouco.

RMJ: Você ficou lá até que série?

OF: Não lembro. Confesso que não lembro, mas acho posso calcular na medida em que na véspera do Natal de 1972 eu vou morar em Nova Iguaçu. Eu vou pra Nova Iguaçu e

em 1973 eu fiz admissão para o ginásial, então possivelmente eu fico no Rotary até terminar a quarta série primária.

RMJ: chamava ginásio até a 8ª série, da 5ª até a 8ª.

OF: Deixa, deixa, deixa. E eu vou recuperar o seguinte na verdade você tinha o primeiro grau e o segundo grau, mas o primeiro grau você tinha o primário, que você estudava até a quarta série, fazer a admissão para fazer a quinta série e até a oitava. Depois que você ia para o segundo grau, que hoje é o ensino médio. Então, naquela época, o primeiro grau hoje é o ensino fundamental, o primeiro ciclo do ensino fundamental, que hoje é em ano. Naquela época era até a quarta série, então eu fiz provavelmente no Rotary até a quarta série. Eu lembro da merenda, do mingau de aveia, do angu, do macarrão com salsicha. E era ótima.

OF: Eu lembro como a gente adorava a merenda escolar, porque era uma forma da gente estar alimentado. Não que a gente passava fome em casa, mas era uma forma da gente estar alimentado. Então, isso fazia a gente ir à escola.

RMJ: Acho que, apesar de não passar fome, eu passei por isso também. Estudei em escola pública. Era um peso interessante no orçamento familiar. Garantir refeição, pelo menos 1 ou duas de uma família já tirava do orçamento familiar um peso enorme. As famílias de trabalhadores, sobretudo.

OF: E eu não tenho dúvida de que na década de 80, quando o Brizola veio com a proposta do Ciep, aquela ideia de tomar um café da manhã, almoçar e ainda fazer lanche antes de ir para casa, eu já tinha isso, eu já vivia isso. A gente tomava café da manhã, chocolate ou café com leite que a gente chamava de “caol” com pão, bolo e tal. É isso. E, a gente ia para a sala de aula com a barriga cheia, o que dava uma condição, uma predisposição física maior para os estudos. Mas, eu nunca fui um aluno brilhante, sempre um aluno médio. Eu sei que na véspera do natal de 1972 graças ao esforço de minha mamãe deixamos de morar no morro, porque pelo meu papai a gente não saía do morro. Quando minhas irmãs começaram a casar no início dos anos de 1970, minha mamãe conseguiu, a partir do apoio da patroa dela, uma patroa muito estimada, vou falar o nome dela daqui a pouco, comprar uma casa num bairro de classe média que estava surgindo em Nova Iguaçu.

OF: Naquela época, Mesquita era Nova Iguaçu, a casa era depois do centro Nova Iguaçu indo para Morro Agudo. Era no bairro Santa Eugênia, no local hoje conhecido como Parque Residencial Guadalajara. Era um conjunto habitacional com casas, não eram do tipo CEHAB [Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro] que o tipo mais comum na época. Por isso que a gente tá falando que era o surgimento de um bairro de classe média. A casa tinha três quartos, sala, cozinha, banheiro e um quintal. Minha mãe conseguiu comprar com o apoio da patroa dela Dona Myrthes de Lucas Wenzell, cuja família minha mãe se dedicou boa parte da sua vida como empregada doméstica, cuidando dos pais idosos e depois cuidando dos filhos. E essa dona me deu uma ajuda, deu um apoio, incentivou e apoiando a minha mãe no financiamento inicial e também como fiadora. Essa mudança foi crucial e fundamental na nossa família e na minha vida. Minhas irmãs estavam se casando. Lembro do casamento da minha irmã mais nova (Maria Lúcia) que casou quando ainda morávamos no morro, foi uma festa no morro. E aí tem uma outra característica das famílias pobres e negras, nós adoramos festas. Isso é matriz africana. É festa mesmo! Eu lembro que mesmo pobre e morando em barraco, o casamento da minha irmã Maria foi uma festa que demorou mais de um dia.

OF: Tinha barril de chopp e tal, mas a gente era criança, não podia beber. Eu lembro do meu irmão, por sermos gêmeos, tinha aquela mania de vestir igual. Só que a gente não era idêntico, éramos bivitelino, não idêntico, entendeu? Mas vestidos iguaizinhos, duas jarras, dois vasos, toda roupa igualzinha. Faziam questão! Era uma prática que as famílias tinham. E o que aconteceu? Minhas irmãs foram casando, casou minha irmã Maria, depois casou minha irmã Vanda e depois minha irmã Cacilda [Fiinha]. Então quando a gente vem para Nova Iguaçu [Parque Residencial Guadalajara], vem praticamente papai, mamãe e os filhos homens. O nome Guadalajara, acho que foi por causa da Copa de 1970, do tricampeonato da seleção brasileira no México. Era uma área de uma fazenda como Nova Iguaçu e Baixada Fluminense, que foi loteada e nós um dos primeiros moradores do conjunto de classe média, então Conjunto Residencial Guadalajara, entendeu? Guadalajara era o nome da avenida que ligava Nova Iguaçu à Morro Agudo, Comendador Soares. Quando nós fomos parar ali, nós descemos do morro para o asfalto e isso é interessante. Tinham duas ruas, minha mãe escolheu a última casa da rua Cipriano da Silveira.

OF: Depois vieram as outras famílias. Nós éramos as famílias negras que tinham poucas. Dava para contar nos dedos as famílias negras, era interessante porque a gente se reunia final de ano e essa coisa toda era o melhor presente da minha vida. Éramos cinco homens, o meu irmão mais velho Ricardo já trabalhava. Éramos quatro em casa, Gerson, eu, meu irmão gêmeo Dilo [Otacílio] e meu irmão caçula Barão [Eduardo]. Com a mudança naquela véspera de Natal, papai deu o melhor presente das nossas vidas, duas bicicletas. Naquela época, o lançamento da Monark chamava Monareta que dobrava no meio. A gente tinha que compartilhar, pois não era uma para cada um. Então tinha essa questão. Era um excelente presente. Então, eu compartilhei com meu irmão gêmeo e o meu irmão Gerson compartilhou a dele com o meu irmão Eduardo. Foi o melhor presente para nossas vidas, porque a gente passou a andar na rua com os outros colega de bicicleta e a gente com a nossa também. Então, essa coisa da infância, do presente, marca muito.

RMJ: Tá, sem dúvida. Daí eu lembro também da minha primeira. Foi Monark também, que a gente ganhou, usada para compartilhar. Enfim, foi uma felicidade imensa. Lá em casa eu tinha um irmão um ano mais novo. Foi um sonho, uma modelo tigrão. Tá, eu vou insistir na questão da escola para a gente tentar ir encaminhando para as ciências sociais, já que o ginásio, não sei se você lembra do seu segundo grau, se era científico.

OF: Ah eu lembro! chegamos em novo bairro, nova moradia, novas amizades, meus irmãos. Minha mãe consegue vaga na escola pública para os meus irmãos (Eduardo, Gerson e Otacílio), menos para mim, acredito porque eu era o mais adiantado dos irmãos. Já tinha terminado a quarta série primária (antigo 1º grau). Acontece que a Dona Myrtes Wenzell que mencionei acima era patroa da minha mãe e gostava muito da minha mãe que cuidava praticamente de toda família Wenzel (pais, filha e netos). Dna Myrtes era professora e diretora do Centro Educacional de Niterói, o CEN (1960-1999), reconhecida pela sua competência pedagógica e administrativa, articulada politicamente se tornou a primeira mulher a frente da Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro (1975-1979) de que temos notícia, logo após a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o antigo Estado da Guanabara em 1974. Na ocasião da mudança da minha família do morro para o asfalto, Minha mãe teve dificuldades para colocar os filhos na escola e com a ajuda da Dna Myrthes Wenzell, meus três irmãos conseguiram vaga na rede pública de ensino, meu irmão Gerson no Instituto de Educação Rangel Pestana (IERP) e meu irmão gêmeo

Otacílio com o caçula Eduardo foram para o Colégio Arruda Negreiros perto da casa nova. Eu fui o único a obter uma bolsa de estudo em escola particular, o Centro Educacional de Nova Iguaçu (CENI). Além disso, Dna Myrthes foi a fiadora para a compra da casa em Santa Eugênia (Nova Iguaçu), sem este tipo de ajuda jamais teríamos migrado do morro para o asfalto. Por isso, minha até hoje com os seus 91 anos de idade sempre expressa uma eterna gratidão por sua ex-patroa. Isso chamou minha atenção desde cedo, o fato de família negra e pobre como a minha ou a pessoa negra e pobre como eu sempre precisar da ajuda de alguém para sair da condição de vulnerabilidade social ou dificuldades socioeconômicas. Lembro que mesmo tendo terminado o primário tive que enfrentar o exame de admissão ao ginásio sendo aprovado e ingressando ao ensino ginásial a partir da quinta série do antigo primeiro grau, foi quando passei a notar a luta que minha mãe enfrentava para superar as dificuldades para me manter no ensino secundário privado.

OF: Lembro quando que entrei na quinta série no Centro Educacional do Iguaçu e que passei a conviver com uma garotada de classe média. A maioria branca é eu o único negro que e passei a me alinhar com os colegas a partir do futebol. Desde cedo, o futebol sempre foi um elemento importante para a mobilidades social e econômica para nós negros. É aquilo que falei acima de que não era um excelente estudante, mas estava sempre na média, sempre na média e conquistando aprovação. Desde então, uma característica que carrego até hoje e que foi muito importante na minha infância e na escola é essa empatia, essa coisa de fazer amizade. Então, meus amigos, a partir dali passaram ser da classe média, eu passei a frequentar a casa deles, eles viviam na minha casa, essa coisa toda. Eu fazia o ginásio quando em 1974 termino a sexta série do antigo primeiro grau aconteceu um outro movimento interessante na história da minha vida em relação à educação. Eu estava na casa de um vizinho, meu amigo magrinho Sérgio e a mãe dele Dona Maria me chamava de “risadinha” porque eu era o “neguinho” que ficava rindo, acredito porque achava que a vida era bela, então eu ficava rindo, ela me chamava de risadinha. Em um domingo, na casa dela, lá com meu amigo magrinho que era mais velho do que eu. E detalhe, sempre tive uma facilidade de ter amigos mais velhos, outra característica minha também.

OF: Magrinho era mais velho e mais alto também. Eu estava lá na casa dele e aí um vizinho de Santa Eugênia amigo da família chamado Nélio, empregado da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) com uma ficha de inscrição falando para o Magrinho fazer o concurso que estava aberto falando para uma escola era uma escola de regime semi-interno, que entrava pela manhã e só saía no final da tarde onde estudava de manhã e fazia oficina à tarde e que te preparava para uma profissão em regime do Senai, que era da Rede Ferroviária e que quando você terminava a escola, já era empregado da Rede. Essa escola era o Centro de Formação de Profissionais de Engenho de Dentro (CFPED/RFFSA) tradicionalmente conhecida como Escola Silva Freire. Só que tinha um pré-requisito para fazer a inscrição. Ele estava falando para Dona Maria levar o magrinho para fazer inscrição, mas o candidato tinha que estar terminando a sexta série do primeiro grau e ter de 14 a 15 anos. O fato é que Magrinho já havia passado da idade e estava na sétima série (pelo que me lembro neste momento), não encaixava na exigência. A Dona Maria gostava de mim, virou para o Nélio e perguntou: e o Risadinha? Eu estava lá e não havia me dado conta da situação. Aí, ele pergunta a minha idade e qual a série que estava na escola, o que responde 14 anos, terminando a sexta série. Ainda disse que a escola assinava a carteira profissional e pagava metade do salário mínimo. Pronto! Despertou meu interesse.

OF: A inscrição na escola da Rede Ferroviária era para aluno aprendiz, onde uma parte do dia você estudava e na outra parte do dia você fazia oficina visando uma profissão, entendeu? Aí, o que que fiz? Peguei o papel da inscrição e fui todo empolgado falar com a minha mãe e explique a ela que me olhou e viu meu interesse. Antes, eu já queria trabalhar porque já tinha o sentimento que devia trabalhar para ajudar em casa, coisa que acontece com as crianças negras de família pobre aos 14 anos de idade. Tentei até me inscrever na Casa do Pequeno Jornaleiro (CPJ) onde eu sabia, pelo alto, que “menores de rua” trabalhavam como vendedores de jornais. Lembro que ao falar disso com os meus pais, eles imediatamente não deixaram. Hoje, agradeço muito por isso. Com o apoio de minha mãe, eu corri atrás dos documentos para inscrição no CFPED/REFFSA e fomos de trem para Engenho de Dentro, saindo de casa de madrugada. Onde hoje é o estádio Nilton Santos, o Engenhão, naquela época funcionava a locomoção que era um enorme parque de oficinas da Rede Ferroviária Federal S. A. para manutenção dos trens, a escola ficava no mesmo terreno logo atrás deste parque de manutenção, com entrada na rua ao

lado direito. Chegamos cedinho, antes da sete, soltamos da estação de Engenho de Dentro e caminhamos até a escola que tinha uma fila enorme ao entrarmos na rua, antes de chegar ao portão de entrada, com vários garotos, pais e mães. Passamos toda manhã na fila, entramos e fizemos a minha inscrição no meu primeiro concurso público, alcançando êxito com a aprovação nas provas.

OF: Nas minhas memórias desse momento que posso chamar de primeira façanha da minha trajetória de vida, lembro que passei mal no primeiro dia de prova. Minha mãe fez um mingau de maisena que tomei antes de sair de casa, lá pelas quatro horas da madrugada, pegamos o trem e chegamos na antes do horário marcado para realização das provas, se não me engano, sete horas da manhã. Não foi fácil! Entrei, fiz a prova e fui aprovado na primeira fase, fizemos os exames psicotécnico e médico quando conheci a Estação D. Pedro II, a Central do Brasil, fiando fascinado pela arquitetura. Depois, eu só era orgulho ao sair uniformizado de casa todo dia pela madrugada com a marmita e material escolar, pegar o ônibus no bairro Santa Eugênia, pegar o trem na estação de Nova Iguaçu e soltar na estação de Engenho de Dentro, por três anos seguidos (1976, 1977 e 1978), com a carteira profissional assinada por um órgão público federal e ganhando para estuar a metade do salário mínimo na época que eu passava com prazer para as mãos da minha mãe Zilda Fernandes de Oliveira todo mês. Com a carteira da Escola Silva Freire, tínhamos passe livre em todas as estações da RFFSA. Por certo, o orgulho que tinha era de me sentir “gente” e ser “visto” como “alguém” na vida. Fizemos a sétima e a oitava série pelas manhãs e oficinas na parte da tarde, por dois anos seguidos. Primeiramente, passávamos por todas as oficinas (ajustagem, elétrica, solda, tornearia mecânica, marcenaria e carpintaria, entre outras) seguindo uma escala de pontuação; num segundo momento, éramos selecionados para seguir apenas uma como futura profissão. No terceiro ano, fazíamos o estágio na Locomoção que ao final passávamos por uma avaliação que determinava quem seria contrato ou não pela própria RFFSA para seguir em frente e fazer carreira como servidor público da Rede Ferroviária Federal S. A. Fiz oficina de ajustagem mecânica na primeira etapa e me transferi para a oficina de tornearia mecânica fazendo o estágio e concluindo a minha formação profissionalizante no ano de 1978. Passei na avaliação final para contratação, mas chegou um outro momento na minha vida, a idade de servir obrigatoriamente as forças armadas.

RMJ: Essa escola ainda existe, Otair?

OF: A escola Silva Freire ainda existe, mas não naquele formato de escola de formação profissional. Depois de 50 anos de formado, fizemos contatos com alguns colegas da época em que começamos a estudar na Escola Silva Freire cujo nome oficial era Centro de Formação Profissional de Engenho de Dentro, para promover um encontro e chegamos a criar um grupo zap, mas veio a pandemia do covid-19 e não tivemos sucesso. Muitos deles continuaram e se aposentaram, eu fui para o Exército. A escola não é mais a mesma, não tem mais aquele sistema. Eu acho que ela foi incorporada à rede pública estadual tá lá, atrás do Museu do Trem que fica ao lado do Engenhão, em Engenho de Dentro.

RMJ: Mas esse tipo de formação, não deve existir mais.

OF: Acredito que não existe mais, não existe mais. Lembro que tinha um convênio da RFFSA com SENAI, o nome Silva Freire como era tradicionalmente conhecida era porque esta escola foi fundada inicialmente somente para filhos de ferroviários homenageando o famoso engenheiro importante para a consolidação da ferrovia no Brasil que criou centro de formação profissional onde tinha os grandes parques de manutenção como Barra do Piraí, Engenho de Dentro e muito mais. Com o tempo a coisa foi mudando até a estadualização e privatização da RFFSA.

RMJ: Otair , como você falou, dessa formação mais voltada para dimensão profissionalizante, técnica, mas falando de ética também. Você teve contato com alguma coisa de sociologia e alguma coisa já foi. E aí, se você puder fazer esse *link* desse momento com a sua escolha, eu imagino que você também faz uma opção no vestibular para Ciências Sociais. E também como é que é esse início nas ciências sociais também. Faz esse *link* aí, a gente segue.

OF: Naquele momento da minha formação na Silva Freire estávamos em plena ditadura militar, tínhamos as disciplinas como História, Educação Moral e Cívica (EMC) e OSPB. Tínhamos aquela coisa de ter que formar fila para você entrar na escola, na sala de aula. Uma disciplina à base da sociedade militar que exigia uma moral e ética de você cumprir ordens, não mentir, essas coisas todas.

OF: Eu lembro de alguns professores que foram fundamentais em minha vida. Eu, adorava história que naquela época era uma história factual ligada apenas a fatos e

acontecimentos. Grandes nomes como Heródoto considerado o pai da História chamou minha atenção. No estágio na Locomoção a gente acompanhava os mestres e os contramestres, etc. Eu via esses mestres e contramestras receberem engenheiros no final do expediente para explicar algumas questões sobre o trabalho naquele dia. Conheci um dos membros fundadores do grupo originais do samba que fazia uma sucesso na tv naquela época, ele era torneiro mecânico também. Foi a época que passei a ter mais liberdade para ir e vir em qualquer lugar, shows, carnavais, escolas de samba, acampamentos, entre outras coisas que podíamos fazer para conhecer mais sobre a vida. As questões sociais começavam chamar minha atenção, os problemas sociais vinculados a questão étnica. Ali, no estágio, na Locomoção, é que percebi que não tinha engenheiro negro. Acredito que mesmo sem a compreensão política necessária, inconscientemente pensei em fazer engenharia mecânica e falei: “vou fazer engenharia mecânica”, era o ano de 1978 e estava fazendo o primeiro ano do segundo grau (ensino médio). Quando concluí o estágio, já de olho no concurso vestibular para Engenharia Mecânica, sabendo que a Rede Ferroviária tinha uma política de aproveitar alguns estagiários a serem contratados como artífices. Eu fiz a seleção no final do estágio e fui aprovado. Lembro da fala do engenheiro responsável pela seleção que a vaga seria minha, era só me livrar do alistamento militar. Surgiu muitas dúvidas: vaga? quartel? Boa parte dos meus amigos, alunos naquela época passava por isso. Qual era o lance? Pensar a carreira? Entrar como artífice? Alguns entraram e fizeram carreira dentro da própria Ferrovia e outros foram estudar faziam engenharia e seguiram outros caminhos. Então, eu já tinha mais ou menos um desenho, mas muitas dúvidas. Naquela época, muitos da nossa turma de escola estavam fazendo o curso Soeiro para a Escola Militar. Por quê? Porque a gente tinha uma preocupação como negro e pobre, que tinha que ter um emprego seguro, certo? A gente tinha que ter um emprego, pois tínhamos na mente essa coisa de pensar o amanhã, de ter um bom emprego, isso era fundamental na nossa família. E a Rede Ferroviária? A RFFSA era federal, era um emprego federal, então era uma das melhores opções. Escolhas que me deixaram numa encruzilhada e sem direção, pois na prática não tive nenhuma orientação num momento de muitas dúvidas, justamente no ano em que completava 18 anos de idade (1979) e que tinha que tive que cumprir com o alistamento militar obrigatório às Força armadas, no caso, tive que servir ao Exército Brasileiro (EB), inexplicavelmente este é um resquício da ditadura militar que continua até os dias atuais

para quem é do sexo masculino. No interstício do final do estágio (1978) até entrar para o quartel (1980) tive que me virar para ganhar algum dinheiro e acabei trabalhando como auxiliar de pedreiro e vendedor de cartões de natal no cento de Nova Iguaçu (camelô). Fui servir no quartel do 21º Batalhão Logístico (21Blog) quando cursava o terceiro ano do segundo grau (ensino médio atual) no Centro Educacional José do Patrocínio (CEJP) em Nova Iguaçu, uma das unidades da Rede ABEU – Associação Brasileira de Ensino Universitários onde fiz o segundo e o terceiro ano do segundo grau (1979 e 1980). Lembro que também fiz o primeiro ano do segundo grau em escola particular, o Instituto Brasil (1978). Confesso que só pude estudar na rede privada de ensino porque tive ajuda (bolsas de estudos parciais) daquela que se autoconsiderava minha madrinha, a senhora Myrthes de Lucas Wenzell mencionada anteriormente, porque reconhecia o meu esforço pessoal para continuar os estudos. De certa forma, ela foi.

RMJ: Você tá fazendo o terceiro ano do segundo grau (atual ensino médio) e entrando no exército?

OF: Sim, como já informei não tive ninguém que me orientasse na encruzilha em que me encontrava entre o trabalho inicial como artífice na Rede Ferroviária e o alistamento obrigatório ao serviço militar. Digo isso, porque ao me apresentar ao 21Blog e informar que era torneiro mecânico e cursava o terceiro ano, fui acolhido pelo Sargento Neves da oficina de tornearia mecânica, que fez um teste rápido comigo e imediatamente me levou ao Tenente Carnevalle pedindo a minha incorporação neste Batalhão. Naquele momento o tenente me perguntou se queria ou não servir, e eu respondi que “sim”. Esta foi a decisão que jogou a vaga na REFFSA para trás e passei a trilhar outro caminho totalmente diferente. Incorporei, passei a fase de internato como recruta e depois, a cumprir expediente diariamente como soldado e, conforme a escala de serviço, tirar plantão de 24hs (meio ou fins de semana). Sobrava a noite para estudar e as vezes os fins de semana, mas como eu já tinha em mente concluir os estudos para cursar a faculdade, frequentava o curso noturno na turma do terceiro ano no CEJP num curso que combinava formação geral e ensino profissionalizante e incluía aulas nas manhãs de sábado, de forma alternada. Lembro que o curso funcionava como uma espécie de preparatório para o vestibular ao mesmo tempo que tínhamos que cumprir horas para formação do curso como exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a famigerada Lei 5.692/1971

do período da ditadura militar, fazendo nos sábados alternados o curso de auxiliar de contabilidade que até hoje não me serviu para nada. Além da prática de esportes, principalmente a prática do voleibol, lembro que adorava as aulas de história, pois tinha um professor que marcou a minha formação escolar, o Luiz César Nogueira Salgado, com suas aulas espetaculares tendo como base um livro didático que eu gostava muito chamado Histórias das Sociedades, do Rubim Santos Leão De Aquino, por apresentar os temas e os acontecimentos da história de forma provocadora, irônica e estimulante. As aulas do professor César Salgado eram provocativas e criva muitas expectativas na minha mente jovem e militar. Nesse momento no quartel e estudando a noite prestei o meu primeiro concurso vestibular pela CESGRANRIO que uma instituição que concentrava os concursos vestibulares das universidades públicas no Rio de Janeiro, para engenharia mecânica, ainda sob a influência da formação da profissão de torneiro mecânico no CFPED/REFESA (Silva Freire) em exercício na vida militar. Lembro que fiz 4.450 pontos, mas não obtive sucesso.

OF: Tive que seguir a vida militar por força das circunstâncias e oportunidades naquela ocasião nessa fase da trajetória de minha vida. Era jovem e gostava de praticar esportes, porém fui diagnosticado com uma infecção nos pulmões (pneumonia), fiquei internado para tratamento no Hospital Central do Exército (HCE), por seis meses. Foi um dos piores momentos na minha vida, com a saúde comprometida e autoestima baixa, tinha plena consciência da situação financeira de minha família caso tivesse uma recaída quando deixei o HCE, por isso, resolvi continuar no EB quando terminou a obrigatoriedade de um ano de prestação do serviço militar. Como soldado engajado, recuperei a autoestima e fiz no ano de 1981 os cursos de formação para “Cabo” e para “Sargento”, ambos em mecânica de automóvel e na arma de material bélico (Matbel), sendo aprovado nesses dois cursos. Promovido a cabo e aguardando a promoção para sargento, continuava estudando à noite, porém na turma do pré-vestibular da ABEU atual UNIABEU que funcionava perto da estação de Nova Iguaçu.

OF: Ainda no ano de 1981 e me preparando para o segundo vestibular li no caderno vestibular da CESGRANRIO sobre o curso de ciências sociais e fiquei encantado. Lembro que no final de uma das aulas de história, procurei o professor César Salgado e

perguntei o que era “ciências sociais”, o que ele se virou e me disse: “Adão, sou formado em ciências sociais”. Quando ele respondeu isso, fiquei surpreso e curioso porque ele dava aula de história. Aí, ele me disse ter feito o curso no Instituto de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e falou algumas coisas sobre a área das ciências sociais, a antropologia, ciência política e sociologia, sobre o trabalho de quem é formado, inclusive dar aula de história, o que eu não tinha a menor noção. Naquela época eu era amigo dos dois mais novos do professor Cezar Salgado, o Rogério e o Fernando que eram da minha turma e, por conta dessa relação de amizade, eu frequentava a casa dele e conhecida praticamente toda família, incluindo o irmão Celso que era engenheiro e dava aula de matemática na ABEU. Me chamavam pelo apelido de “Claudio Adão” ou simplesmente “Adão”, isso por causa do futebol que eu jogava com os irmãos mais novos do professor Cezar Salgado desde o início do segundo ano quando ninguém sabe o nome do colega de turma e passa a usar apelidos, no meu caso era devido a semelhança com um grande jogador goleador que jogava no Flamengo, o Cláudio Adão que é negro como eu. O apelido pegou e acredito que até hoje tem gente que pensa ser este o meu nome verdadeiro. Só lembro que imediatamente após ouvir o professor César Salgado, não tive nenhuma dúvida e disse: “é isso que eu quero!”, fiquei apaixonado pelas ciências sociais e não quis saber de mais nada.

OF: Empolgado para fazer ciências sociais, prestei o meu segundo vestibular e foi uma grande decepção não alcançando a pontuação necessária para fazer o curso na UFRJ. Foi como tivesse tomado uma “ducha de água fria” em um momento que eu pensava que estava muito bem. Entristecido, mais do que a primeira vez quando tentei o vestibular, assisti alguns dos meus amigos indo fazer o curso superior nas universidades públicas e eu ficando para trás, pois havia uma certa competição entre nós neste sentido, por serem consideradas as melhores opções naquela época em várias áreas. Isso me deixou arrasado, porém tive que erguer a cabeça, não me deixar abater e seguir em frente. Num domingo de serviço de cabo da guarda (não me lembro a data), li no jornal dos sports (JS) que informava os concursos vestibulares da época um anúncio de vestibular para o curso de ciências sociais na Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC), em Campo Grande, o que me causou grande surpresa já que esta Faculdade não constava na relação da Cesgranrio e fazia seu vestibular isolado, depois percebi que as faculdades particulares faziam seus vestibulares isolados. Lembro que o Sargento da Guarda Agnelo

estava lendo o JS e que pedi a ele para dá uma olhada naquele anúncio, vi o endereço em Campo Grande e perguntei se ele conhecia, ele me respondeu que morava em Campo Grande e que passava em frente a FEUC quando vinha para o quartel e voltava para casa. Vendo o meu interesse, o Sargento Agnelo se prontificou de me deixar lá quando fosse para casa no dia seguinte, após o expediente. Conforme o combinado, saímos do expediente na segunda-feira e ele me deixou em frente a faculdade. Entrei e dei uma olhada ao redor e fiz a inscrição para o curso de licenciatura plena em ciências sociais, retornando para fazer o vestibular (não lembro a data, mas deve ter sido entre os meses de janeiro ou fevereiro de 1982). Ao voltar para saber o resultado, vi a listagem dos aprovados para ciências sociais em uma das colunas da parede no pátio interno e comecei a examiná-la de baixo para cima subindo o olhar e o meu nome estava como o primeiro da lista da aprovados, sentir uma alegria enorme e fiquei muito feliz.

OF: Iniciando o curso de licenciatura plena em ciências sociais na FEUC no mês de março de 1982, ainda estava servindo no 21Blog como Cabo na expectativa de ser promovido a Sargento do Exército, levando uma vida com uma certa tranquilidade dividida entre o dia a dia na caserna e o estudo noturno. Eu era o que chamavam de “percevejo”, apelido usado para quem praticamente morava no quartel. Alguns sargentos e oficiais também cursava o ensino superior, os soldados, sargentos e oficiais, eu tinha boas relações com os meus pares, com quem estava abaixo e acima da minha patente, o que proporcionava algumas condições para o estudo noturno como o sair após o expediente, estudar e ao retornar ao quartel conseguir ainda fazer um lanche ou refeição. Por muitas vezes trocava o serviço do meio da semana para os fins de semana, principalmente em período de provas. O primeiro ano do curso na FEUC me deixava empolgado com as aulas de sociologia geral, filosofia, ciência política, antropologia física e história. Eu gostava de história logo me apaixonei pela antropologia, principalmente pela arqueologia fazendo alguns cursos de extensão aos sábados (quando não estava de serviço) como o curso de introdução à arqueologia e o curso de análise de restos e sítios arqueológicos, chegando a me associar ao Centro Brasileiro de Arqueologia (CBA) que promoviam esses com excursões aos sítios arqueológicos, sob a coordenação do professor Antônio Celso que formou uma equipe de alunos para fazer um estudo arqueológico com escavações na Ilha das Cobras onde hoje funciona o Corpo de Fuzileiros Navais e Arsenal

de Guerra da Marinha Brasileira, a pedido do comandante do Primeiro Distrito Naval da época.

OF: Tudo estava caminhando bem até chegar uma ordem de Brasília para minha promoção para Sargento com a transferência para a 1ª Companhia da Polícia do Exército (1Cia PE) localizada na mesma Vila Militar, em Deodoro, em abril do ano de 1982. A partir daí, a perspectiva que tinha sobre o EB foi mudando radicalmente. A compreensão da vida militar e política do país foi se ampliando a medida que o tempo foi avançando e eu em caminhos paralelos em pleno processo de transição política no contexto da década de 1980. De um lado, pelas manhãs participava de formaturas com leituras da ordem que dava a versão do Exército da ditadura militar; de outro, estudava alguns conteúdos das ciências sociais a noite. Durante o dia conhecia e conversava com militares, alguns que foram agentes da repressão política, colegas do quartel que viveram o golpe e seus desdobramentos; à noite estudava sobre estratificação social, desigualdades sociais e outros temas da sociologia e das ciências sociais em geral, confesso que os conteúdos da ciência política eram muito fracos, acredito que era por causa do professor que mais tarde descobri que era da política militar. Alguns colegas me contaram a versão militar sobre a história do que eles chamavam de “Revolução de 1964” e as piores coisas sobre o comunismo. Lembro que ouvia as leituras da ordem do dia durante nas formaturas matinais e nas cerimônias oficiais sobre a Intentona Comunista e os feitos do país através das forças armadas para combater o comunismo e os comunistas como Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes, Marighela e outros, um trabalho pedagógico efetivo do ponto de vista ideológico. Muitas vezes, me perguntava em pensamentos o que estava fazendo ali. Essa era a minha encruzilhada, entendeu? Eu sabia o que queria, eu queria fazer faculdade e segui os estudos, mas sabia que a forma de garantir isso financeiramente era ficar no Exército naquele momento, o que também me possibilitava ajudar a minha família. Sempre tive um sonho que pedir a minha deixar de trabalhar fora e consegui fazer isso quando fui promovido a sargento.

RMJ: Deixa eu te interromper só um minutinho, Otair, eu achei muito interessante. Existia conflito? Os oficiais ou alguém pessoal do quartel da PE sabia que você fazia Ciências Sociais? Como é que era? Você tinha que se esquivar? Como é que é isso aí?

OF: Eu vou dizer pra você, aí eu vou dizer para você da vantagem de ter sido criado no morro e ter essa coisa da empatia.

OF: Eu estava na 1ª Cia PE, não apenas conheci torturadores como vi. Ali, eu conheci um outro Exército que era totalmente diferente do 21 Blog, uma outra dimensão. Conheci muita gente e fiz alguns amigos, alguns as vezes me contavam sobre determinado fato ou acontecimento ocorrido dentro do sistema de repressão política. Às vezes eu andava com o livro História da Riqueza do Homem, do Léo Huberman quando passava algum militar e me dizia: “dei muita porrada em neguinho com este livro” e eu saía pela tangente, rindo e brincando. As vezes penso que era para me provocar ou colocar medo, mas o fato é que eu vivia uma grande contradição. Acredito que de uma certa forma a minha ingenuidade me salvou de alguns dissabores, costumo dizer que era uma fase ingênua e que eu não tinha a dimensão o que realmente estava passando. Aos poucos, fui ampliando a compreensão política das coisas, sobretudo, da vida do país, naquele momento de efervescência política dos inícios dos anos oitenta. Entrei para a faculdade para fazer ciências sociais, passei a conviver com pessoas me contavam uma outra história sobre o golpe militar de 1964 através da história de personagens como Leonel de Moura Brizola, Miguel Arraes, João Goulart, Francisco Julião, Marighela, partido comunista, entre outros. Além disso, ficava atento aos noticiários relacionados a vida política por uma conjuntura marcada pela primeira eleição após o retorno daqueles que foram exilados políticos e o retorno ao pluripartidarismo. A eleição de 1982 evidenciava contradições do nosso sistema político em processo de transição do regime militar, iniciada com a anistia a partir de 1979, para o regime democrático com a promulgação da Constituição de 1988, um processo que foi caracterizado politicamente como lento, gradual e seguro para as elites políticas dominantes que sustentavam o regime miliar desde 1964 e buscavam evitar qualquer tipo de revanchismo. Lembro que a eleição do ano de 1982 foi uma grande acontecimento da política nacional e totalmente atípica, com voto direto para o Congresso Nacional (deputados e senadores) exceto para o cargo da presidência da República que era eleição indireta e para aqueles senadores que eram nomeados e chamados de “biônicos”, ao mesmo tempo em que ocorreram as eleições para prefeitos e vereadores para os municípios, excetos aqueles que eram áreas consideradas de segurança nacional como o município de Duque de Caxias.

OF: Pô, eu não sei como é que eu fiz essa travessia, como passei essa encruzilhada, acredito que tive ajuda das forças dos meus ancestrais. Por quê? Porque até meados da década de 1980 eu fiz todo o curso de Ciências Sociais vivendo no quartel. E aí, o que aconteceu? Em 1983 eu começo a dar aula à noite para turmas do supletivo no Colégio Cenecista que naquela época funcionava no Colégio Estadual Arruda Negreiro, no bairro Santa Eugênia, próximo a minha casa. Iniciei no magistério dando aulas de geografia e história para ajudar na formação de adultos no antigo primeiro grau atual ensino fundamental II. Eu gostava de dar aula e fiz a opção de ser professor. Eu queria ser professor e adorava dar aula, não gostava do quartel, mas era ele que me sustentava. Foi a condição que tive para poder e chegar para minha mãe e falar para ela parar de trabalhar. Claro que ela não parou, só parando quando não teve mais condições físicas. No quartel pude pagar minhas contas, fazer reforma na casa dos meus pais e até comprar um carrinho. Lá, também pude perceber que as forças armadas para o negro pobre era um espaço de ascensão social, de mobilidade social. Só que eu comecei a perceber outra coisa. Onde estão os negros? Cabo, soldado, sargento e até subtenente. E, alguns em final de carreira saía segundo tenente chegando até o posto de primeiro tenente aposentado. Quando olhava o oficialato era totalmente branco, isso me chamava a atenção como a ausência de engenheiros negros na época do estágio na Locomoção da REFFSA. Lembro que tive a oportunidade de ir para Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando recebi a ficha de inscrição das mãos do major Fonseca ainda no 21 Blog, mas recusei. Acredito que naquela época ainda não havia um general negro, pelo menos nunca vi.

RMJ: Otair, lá nas ciências sociais, o pessoal sabia que você era militar. Como era que era isso?

OF: No quarto ano do curso de licenciatura plena em ciência sociais na FEUC, no meado do ano de concluir o curso em 1985, apareceu um cara lá nos convidando para participar do primeiro encontro de Ciências Sociais do Rio de Janeiro. Ele olhou para a gente e disse: “você vão sair licenciados, mas não vão poder dar aula de sociologia, porque dá aula de sociologia é uma das atribuições do sociólogo e só é sociólogo segundo a lei, quem é bacharel”. Aquilo me chamou a atenção e esse cara chamou a gente para ir em uma reunião da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro

(APSERJ). Até então, somente conhecia Baixada Fluminense e Zona Oeste, meu trajeto durante a semana era quartel-FEUC-quartel, eu não ia ao centro do Rio. Esse cara surge, nos entrega um panfleto e nos apresenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, a lei que regulamenta o exercício da profissão de sociólogo. Esse cara era o Antônio de Ponte Jardim, sociólogo e diretor da APSERJ. Depois, eu fui saber que ele também tinha estudado na FEUC.

OF: Aí, vou começar a ser introduzido no campo das ciências sociais.

RMJ: Otair, deixa só eu interromper mais uma vez, porque eu acho que você falou bem das ciências sociais, seu contato, fascínio. Como é que você foi escolhendo a área. Deu aula. Você já falou desse primeiro contato com APSERJ. Se você puder fazer essa passagem do seu curso de Ciências Sociais para essa inserção na APSERJ, como você conheceu, o tipo de relação que você estabeleceu com a luta pela implementação da sociologia no segundo grau. E, enfim, como é que isso vai acontecendo na sua vida e como é que você vai contribuindo. Acho que é um gancho bom aí para esse momento da entrevista.

OF: Nesse período que o Jardim vai até nós na turma na FEUC, passamos a ter a noção de que o licenciado em Ciências Sociais não ia poder exercer a função de sociólogo e dar aula é uma dessas funções. Estávamos nos formando e isso me despertou. Particpei do I Encontro Estadual de Sociólogo realizado no ano de 1986 como recém formado e aconteceu um fato inusitado e a partir desse encontro é que comecei a frequentar a APSERJ. Lembro que nesse encontro estavam alguns sociólogos que foram exilados ou sofreram com as forças da repressão do regime militar e eu não conhecia esse universo dos sociólogos. O encontro também iria indicar os delegados do estado do Rio de Janeiro para participar do VI Congresso Nacional dos Sociólogos, em Curitiba. Quando chegou o momento da indicação e foram escolhendo as pessoas que estavam na plenária, alguém da mesa me olhou e perguntou se eu não poderia sair delegado, como eu não conhecia ninguém a não ser o Antonio Jardim, acredito que a pergunta foi porque eu ter fiz algumas intervenções durante as discussões. O fato é que eu ingenuamente levantei e disse: “olha sou militar”. Maluco, quando eu falei eu sou militar. Eu fui o centro das atenções. Todo mundo olhou, assim, eu não tinha a mínima ideia dessa contradição. Segundo Antonio Jardim, que se tornou meu amigo, depois desse fato e eu passei a frequentar a APSERJ,

e algumas pessoas não participaram mais da APSERJ, achando, com certa razão, que eu era um “espião”. Bem, eu na maior ingenuidade disse que era militar e acabei saindo delegado para o VI Congresso Nacional dos Sociólogos em Curitiba. Lembro de uma foto comigo, Antonio Jardim, Ozeas Laranjeira, Tereza, Paula e Mauro. Eu fui pela APSERJ para o meu primeiro encontro no campo da sociologia. A partir daí, tudo mudou na minha trajetória que tinha as contradições com o quartel e que eu estava na fase da repulsa, não estava aguentando mais. Eu não queria seguir a carreira militar e já tinha feito passagem da arqueologia para a antropologia e indo para sociologia e para a questão política. O quartel tinha me dado uma certa leitura do sistema político. Tanto, que lembro da época das Diretas Já, quando estava de prontidão no quartel e fui para os fundos da garagem torcer para a vitória da emenda Dante de Oliveira que ganhou, mas não levou. Cheguei até chorar escondido. Isso era 1984. A partir do ano de 1986 comecei a frequentar a APSERJ, aí dar baixa do quartel era um imperativo, era imperativo. Ao terminar a FEUC em 1985, passei a fazer um curso de pós-graduação em sociologia geral em nível de especialização a partir de 1986 e o Antonio Jardim era meu professor foi quando passamos estreitar a nossa relação de amizade. Frequentando a APSERJ acabei deixando o quartel, dando baixa do quartel no ano de 1987 quando fui ao fundo do poço financeiramente. Mas, do ponto de vista acadêmico passei a mergulhar no mundo das ciências sociais a partir da APSERJ passando a fazer parte do grupo de educação com Mauro Petersem e Paula Martini e mais algumas pessoas, mesmo com aquela ingenuidade da qual eu só fui ter noção depois. Olha, com o processo de democratização, fizemos a luta pelo retorno da sociologia no segundo grau (atual ensino médio). Através desse grupo de educação da APSERJ passamos também a participar do Movimento Pró-participação Popular na Constituinte. E aí, a gente passou a ir no em vários encontros no Rio de Janeiro discutindo questão racial, da mulher, indígena, criança e adolescente, entre outras. O nosso foco sempre era a educação. Lembro da nossa relação com a Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB). Também estreitamos relação com alguns sindicatos como o dos professores SEPE e o SINPRO (escolas particulares), também com a Associação de docentes de algumas universidades. Através das articulações e mobilizações com esses diferentes grupos do campo da educação pudemos contribuir na elaboração do capítulo sobre a área da educação na Constituição Estadual do Estado do Rio de Janeiro. Lembro

que nesse momento também abrimos a discussão de transformar a APSERJ em Sindicato a partir das orientações do encontro dos sociólogos reunidos em Curitiba.

Lier Pires Ferreira (LPF): Otair? Sindicato dos sociólogos, qual sindicato.

OF: Desculpe. A APSERJ era uma associação profissional e a meta era virar um sindicato. Esse debate sobre sindicato estava na pauta do Congresso Nacional dos Sociólogos realizado em 1986, na cidade de Curitiba que tirou em assembleia a orientação para as associações pré-sindicais se tornarem sindicato visando formar uma federação nacional. Naquele momento, para pensar a federação só tinha um sindicato apenas, o Sindicato dos Sociólogos de São Paulo. Em alguns estados, as associações pré sindicais foram derivadas de outras associações como o Rio de Janeiro onde a APSERJ surgiu da antiga Associação dos Cientistas Sociais do Estado do Rio de Janeiro (ACISERJ) diferente de São Paulo onde a Associação Civil dos Sociólogos se manteve, mas fundou o Sindicato dos Sociólogos passando a existir duas entidades. Em Minas Gerais, a associação civil estava em processo de transformação de pré-sindical para sindicato. A transformação ou criação de sindicatos nos estados era uma bandeira de luta nacional da categoria dos sociólogos tirada no VII CNS em Curitiba junto com outras bandeiras como a regulamentação e elaboração do plano de carreira do sociólogo, piso salarial, a sociologia no segundo grau, outros. Lembro que quando foi criado cinco sindicatos estaduais, a categoria reunida no VII Congresso Nacional dos Sociólogos em Salvador, no ano de 1988, fundou a Federação Nacional dos Sociólogos (FNS). E aí, eu entrei de cabeça e virei militante desde minha entrada na APSERJ, em particular no grupo de educação, a gente estava em todos os cursos, nosso foco era educação, e aí, a questão da licenciatura entre outras. Visitamos todas as faculdades de licenciatura do Estado do Rio de Janeiro. Naquela época, descobrimos que além dos cursos de licenciaturas nas universidades públicas, a FEUC era a única faculdade particular com o curso de licenciatura plena em funcionamento no estado. Questão desse curso ser somente de licenciatura plena era um problema que tinha uma questão curricular. E as outras que tínhamos notícias? Tanto, a Faculdade Santa Doroteia em Friburgo como a de Faculdade Severino em Valença tinham os cursos no papel, mas não estavam funcionando. Então, na verdade, o Estado do Rio de Janeiro tinha sete cursos superiores de ciências sociais, quatro eram públicas com bacharelado e licenciatura, a Pontifícia Universidade Católica

(PUC-RJ) que era confessional com o curso de bacharelado em sociologia e política e essas três faculdades particulares que tinham somente o curso de licenciatura mas apenas uma em estava com o curso em funcionando que era a FEUC. Então, esse era o nosso universo promover a Campanha pelo Retorno da Sociologia no II Grau.

OF: A APSERJ foi a protagonista dessa campanha pelo retorno da sociologia no segundo grau, ao mesmo tempo que atuou junto com os movimentos sociais pela participação popular na questão da educação. Nós fomos protagonistas junto com a AGB e outras associações na luta contra os estudos sociais. Você tinha a Licenciatura Curta de Estudos Sociais e a proposta de uma nova política para a educação superior no MEC formulada pelo GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior em 1986 que não me lembro muito bem agora apenas da dessa sigla. O ano era 1986 o debate sobre esses assuntos fortaleceu a gente, uniu os sociólogos e aproximou a APSERJ das universidades que tinham os cursos de licenciatura, inclusive as públicas, alguns professores universitários passaram a estar junto com a gente. Mas a APSERJ não era a única opção de filiação do sociólogo, já que o sociólogo tinha outras associações em que poderia ser associar conforme o campo em trabalhava, na universidade, por exemplo ele tinha a associação dos docentes. Quem era professor na rede pública tinha o sindicato estadual de professores. Então, na APSERJ, a gente tinha o sério problema de manter um quadro de associados consolidado e que sustentasse a entidade. Ao mesmo tempo, a gente estava avançando com a luta pela sociologia no segundo grau, E aí, qual foi a surpresa? A gente tinha elaborado uma emenda popular no processo de discussão da reformulação da constituição do Estado do Rio de Janeiro logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, saíamos nas ruas, íamos aos cursos de licenciaturas nas faculdades para coletar as assinaturas e estávamos conseguindo.

RMJ: Deixa te interromper rapidinho. Nesse momento você lembra assim as principais universidades, tipo o que que te marcou? A UERJ? Onde vocês foram? Quais são os professores? Você lembra nomes? Quem recebia vocês?

LPF: Quem recebia vocês nas universidades, na UFF, na UERJ, na UFRJ?

OF: Na verdade, não eram todos os professores não. A gente. A gente teve boa acolhida na UFF pelo professor Santo Conterato com quem fizemos uma boa parceria e se tornou

um grande defensor da proposta e mais a frente foi parar na direção. Lembro que a gente tinha contato com o pessoal de algumas instituições públicas por termos no entre nossos dirigentes pessoas como a Maria Helena Mendonça que era socióloga da FIOCRUZ (presidente da APSERJ por dois mandatos) e o Antonio Jardim que era sociólogo do IBGE, isso nos aproximava daqueles sociólogos profissionais que chamávamos de técnicos. Porém, a aproximação com as universidades ocorreu através de contatos com alguns professores conhecidos e amigos como o Santo Conterato, a Guiomar e a Florinda da UFF e a Luitgard de Oliveira Cavalcanti professora da UERJ e da UFRJ. Esses professores foram fundamentais para o desenvolvimento da campanha pelo retorno da sociologia no segundo grau no âmbito dessas universidades, não apenas como pontes mas pela realização das discussões e elaboração de propostas curriculares. Interessante pensar que alguns foram nossos professores na graduação e mais tarde na pós-graduação. Também foram responsáveis pela continuação da APSERJ assumindo a direção da entidade anos mais tarde.

OF: Eu lembro que, inclusive, que num encontro sobre o currículo de sociologia no segundo grau realizado pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEDUC), no SENAI maracanã, a proposta da APSERJ teve como base o currículo utilizado pelo professor João Trajano quando dava aula no Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAP-UERJ), participando do grupo de sistematização do encontro como membro junto com representantes da UFF, UFRJ, do CAP-UERJ, entre outros, se não me engano. Fizeram parte desse grupo o Mauro pela APSERJ, a Luitgard pela UERJ, mas não estou lembrando de outros nomes como o da professora que era da UFRJ, mas a gente tinha um contato lá com a área de educação, principalmente com a professora Moema Toscano.

RMJ: Não era a Vera Pereira, pela UFRJ, que assinou o documento.

OF: Acredito que sim. Muitos assinaram o documento. Só vendo, só vendo para poder relembrar a memória. Mas eu lembro da Moema.

RMJ: Estou falando aqui porque eu estou colando de um documento chamado Programa Básico para o Ensino de Sociologia no Ensino Médio proposta da Associação Profissional

dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro. Aí tem o grupo redator que tem aqui: Moreira Leite, Laurinda, José Geraldo Ofício e depois ele é assinado.

OF: Acredito que esse deveria ser um grupo mais avançado. Lembro que tinha o pessoal da FEUC..., a Ofélia e o Heleno que eram de uma outra geração da FEUC após a minha, com o grupo mais avançado antes dele. Teve aquele grupo lá com Trajano na sistematização. O João Trajano tá aí, tá?

RMJ: Tá assinando o documento.

OF: Então é esse grupo aí mesmo. Mas eu me lembro, por exemplo, não era todo mundo que acolhia, a gente ia através desses contatos e a maior parte dos professores não estava nessa discussão das políticas públicas na área da educação.

RMJ: Só pra tirar uma dúvida, esse documento é o documento que vai embasar a aprovação na Alerj da sociologia.

OF: Salvo engano, esse documento é depois da aprovação da emenda para o ensino de sociologia na ALERJ. É o seguinte, quando nós fizemos parte do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte em 1987, com a sua promulgação em 1988, esse movimento se desmembrou e passou a se organizar nos estados para acompanhar e participar do processo de atualização das constituições estaduais. E nós, do grupo de educação da APSERJ participávamos desse movimento que no caso do Rio de Janeiro foi acolhido pela Alerj onde passamos a reunir em suas dependências. Então, começamos a dar suporte as discussões no tema educação e, ao mesmo tempo, trabalhávamos uma emenda popular para o ensino de sociologia nas redes públicas e privadas de ensino em todo estado para a gente apresentar à Assembleia Estadual Constituinte do Rio de Janeiro, aos deputados constituintes, para poder valer. Tinha que ter o mínimo de 2000 assinaturas, alguma coisa assim se não me engano. Nós conseguimos o número de assinaturas suficiente. Só que houve um outro, um outro movimento. Na medida que a gente estava conseguindo as assinaturas, o deputado constituinte Acácio Caldeira do PDT apresentou uma proposta que foi rapidamente aprovada, porque ele era constituinte e nós ainda iríamos apresentar a nossa, avaliamos que não valeria a pena apresentar a nossa proposta após uma análise da proposta do deputado e resolvemos apoiá-la devido a chance de

sucesso na plenária, já que nosso objeto era a implementação do ensino de sociologia como disciplina obrigatória.

RMJ: Isso foi em 89. Você lembra do dia da aprovação? Você tá dentro da Alerj ou do lado de fora, porque em alguns relatos o Mauro, a Paula, todos lembram do momento. Mas não estavam dentro do plenário. Você lembra desse dia da aprovação? Como é que foi isso?

OF: Eu não estava lá. Eu não estava lá dentro. Eu lembro que nós fizemos uma reunião antes com a Moema Toscano. O grupo antes fez uma reunião com a Moema. Acho que o contato com a Moema foi feito através da Paula Martini, pois a sua mãe era professora de espanhol da UFRJ e conhecia a Moema, se não me engano. Conversamos com a Paula que falou com a mãe que falou com a professora Moema, aí fizemos o convite para ela fazer a defesa do ensino da sociologia frente ao plenário dos deputados constituintes na ALERJ porque ela tinha um livro de sociologia muito utilizado no segundo grau na época. Lembro que a licenciatura na UFRJ era diferente, não estava atrelada ao curso de bacharelado em ciências sociais e era no campus da Praia Vermelha onde estava o corpo docente de ensino de sociologia lá na educação na Praia Vermelha. A Moema Toscana era a professora mais proeminente desse corpo.

OF: Quando comecei a dar aula de sociologia no curso de formação do magistério conhecido como curso normal, em uma escola particular, o Centro Educacional de Nova Iguaçu (CENI) logo após minha graduação na FEUC. Lembro que o curso normal era o único que tinha sociologia no segundo grau. Eu dei aula com o livro da Moema como referência. Então, a professora Moema Toscana já era reconhecida no mundo acadêmico mais ligada a educação, não apenas à sociologia, mas à educação, sociologia da educação, entendeu? Então ela foi o grande nome e apresentou a proposta aos deputados constituintes. Eu não estava dentro do plenário. Eu estava em outro local que não lembro agora. Eu tenho que recuperar ainda mais um pouco na memória para saber onde eu estava naquele momento, mas eu não estava lá nesse dia.

LPF: Otair, só pra pontuar, é o Introdução à Sociologia Educacional da Moema Toscano. Se eu não me engano publicado pela Vozes.

OF: Isso mesmo. É esse mesmo, Lier. Lembrou bem. Então, na verdade, foi um momento de muita efervescência, mas para mim era também pessoal que coincidiu também com a aprovação na ALERJ. Entendeu? Da parte da educação pegamos carona no acordo feito entre os deputados. Então, a professora Moema Toscana só entra pra defender porque a emenda do deputado Acácio Caldeira já estava aprovada. Por isso, não mexemos mais nesse balaio, porque já estava aprovada. Aquilo que aconteceu ali era um acordo entre os deputados, era o processo político.

RMJ: Desculpem insistir, foi um dia especial? Teve mobilização ou foi algo assim que já era esperado e aconteceu.

OF: Teve mobilização porque naquela época a turma toda estava mobilizada. Nós, o SEPE, o SINPRO, a AGB, todo o movimento social da educação que se reunia na ALERJ, havia essa turma, toda a gente andava junto nas questões da educação no âmbito da assembleia estadual constituinte. O grupo de educação era muito coeso. Então foi um momento histórico. Eu só me lembro que eu não estava lá. Mas foi um momento histórico no Rio de Janeiro. Da sociologia e do capítulo da educação. Detalhe do capítulo da educação. Tá, o problema não foi esse. O problema foi o *Day After*.

RMJ: Por que?

OF: Porque é o seguinte. a Constituição é estadual foi promulgada. Ela foi discutida e 1989, um ano após a promulgação da Constituição de 1988 e em 1990 ela foi promulgada. E então os municípios teriam que também fazer as suas leis, atualizar suas leis orgânicas, e aí, o reconhecimento do município e tal. Mas aí o que aconteceu? Estávamos no Governo Moreira Franco (1987-1991) que aliás era sociólogo e iria promover em 1990 um concurso para o magistério da rede pública estadual de ensino. Mesmo com a aprovação do ensino de sociologia na constituição estadual, a secretaria de educação não tomou nenhuma iniciativa para implementar a disciplina, não tinha a mínima ideia e nem organização nessa direção, não tinha debate sobre. E então, começou o debate sobre currículo sociologia no ensino Médio. Só que tem um detalhe, era o primeiro concurso público para o magistério no contexto da nova constituição estadual. E, nós fizemos pressão, fomos às escolas, mandamos recado para as escolas pedir professor de

sociologia. Isso foi uma grande vitória nossa, foram abertas cerca de 94 vagas para professores de sociologia, se eu não me engano.

RMJ: É o primeiro concurso para professor de Sociologia no Estado do Rio de Janeiro.

OF: Isso, Sim. Estou tentando achar aqui os números, pois anotei isso em algum lugar. Deixa ver se acho aqui, naquele artigo que eu escrevi com o Antonio Jardim..., tem lá 94 vagas. E aí, o nosso compromisso era que todos tinham que passar, não podia sobrar vagas e nem podia ter vaga ociosa, pô! Então, a gente fez grande mobilização e realizamos o primeiro encontro dos licenciados em sociologia no IFCS, o que foi fundamental. Foi quando a Cristina lançou o seu livro *Sociologia: uma introdução a sociedade, da Moderna*.

LPF: Cristina Costa

OF: Sim, ali naquele encontro o que foi fundamental. Por quê? Porque a gente sabia que não devíamos deixar na mão da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), porque como disse ela não tinha a mínima ideia do que fazer. A gente tinha que mobilizar. Então, primeiro a gente tinha que criar demanda. E aí, nós fomos junto às escolas, à escola de ensino médio, explicar, pedir para eles, pedir professores e, ao mesmo tempo, juntar os licenciados. E, se não me engano, eu não tenho certeza, foi feito até um curso ou um curso rápido...breve... Alguma coisa assim, pra quem fosse fazer o concurso para professor. Alguma coisa foi feita aproveitando esse encontro como palestra sobre o assunto. Alguma coisa nesse sentido. Mas, o encontro foi uma coisa importantíssima, porque a ideia era garantir o *day after*. Aí, começou o debate sobre os currículos.

OF: A participação desse grupo das universidades públicas ligado ao ensino de sociologia foi muito importante, UFF, UFRJ e UERJ. Aí, eu não me lembro. Eu gostaria de lembrar desse grupo de educação lá da UFF que foi uma parte muito importante desse grupo das universidades.

RMJ: Só para confirmar, são 94 vagas.

OF: Acredito que sim e acho que todas foram preenchidas. Eu só sei que eu passei nesse concurso, todo os nossos que fizeram passaram na primeira leva desse concurso, o que foi importantíssimo. Enquanto isso, paralelamente estávamos discutindo a questão do currículo. Uma discussão paralela no âmbito do Conselho Estadual de Educação (CEE-

RJ). Então, foi isso. E aí, esse momento coincidiu com um certo esvaziamento. Então, foi um momento de trabalho duro e árduo... Mas, mesmo assim não deu para evitar um certo vazio e eu não sei o que houve, se não me engano, parece que alguém colocou que o ensino da sociologia na constituição estadual era inconstitucional. Aí, o processo para implementar a disciplina ficou parado um tempo, depois tivemos que retomar.

RMJ: No Segundo governo Brizola.

OF: Então, você vê que houve movimento de avanço e de recuo, porque também coincidiu esse processo implementação com a década de 1990. A década de 1990 é uma década que precisa ser melhor estudada. Então é que eu posso dizer, é que é.

OF: Passei. Passamos. E fui dar aula numa escola. Cheguei lá e... somente depois nós fomos saber disso, algumas escolas não sabiam o que fazer com o professor de sociologia, não receberam nenhuma informação da SEEDUC-RJ. Fiquei sabendo que teve professor de sociologia indo trabalhar em biblioteca, em secretaria e eu dei maior sorte. O que eu estou te falando? Eu não ando só! Quero dizer, eu não ando só. Eu escolhi a Escola Técnica Mauá. Por que que eu escolhi a Escola técnica Mauá?

RMJ: Visconde de Mauá?

OF: Sim, a Visconde de Mauá. Porque naquela época você aprende como é que as coisas são interligadas. Muitos amigos nossos que terminaram o primário, tentaram o concurso não só para a Escola Militar, mas para o CEFET e pela Escola Técnica Mauá, porque a escola era referência, não é? E eu tive. E eu tinha professor na Silva Freire (CFPED/RFFSA), que era professor da Mauá. Então, quando eu chego lá na Mauá, dou de cara com quem? Com o Betinho, meu ex-professor de Educação Física. Lembro que ele fazia a gente conhecer basquete porque todo mundo queria jogar futebol. Não, não com ele. Aí, a gente conheceu o handebol, o basquete e o vôlei. Ele também era amigo do Ary Vidal que naquela época era o técnico da seleção brasileira e a gente gostava de ver os jogos da seleção brasileira de basquete masculino, com Ubiratan, Hélio Rubens, Oscar e aquela turma toda. Lembro que o primeiro parto de cesariana que eu vi foi numa super 8 que o professor Betinho mostrou para gente. Ele era o cara. Ele me chamava de “boca” imagina porque a minha boca era boquinha e eu só andava rindo.

OF: Ele tinha um jeito carinhoso de dar tapinhas no rosto da gente. Quando ele me viu passando pelo portão de entrada na Escola Técnica Mauá, me abraçou perguntando o que eu estava fazendo lá e exclamou “Ué! veio dar aula aqui, dá aula aqui, ó! Respondi que havia passado no concurso para dá aula de sociologia. Mas ele, disse: “ué, beleza, pera aí.” Pegou o meu braço dele e me levou direto para o diretor.

RMJ: Deixa interromper agora porque isso é importante. Quer dizer então que na volta da sociologia ao segundo grau, você se torna o primeiro professor de Sociologia da Escola Visconde de Mauá?

OF: Olha, eu não fiz esse levantamento porque eu não sei como é que era lá na década de 1940, década de 1950.

RMJ: Eu digo como um retorno?

OF: Com certeza fui. Eu não tinha nem atinado pra isso. Fui o primeiro professor do Colégio Estadual. Naquela época era Centro Interescolar Visconde de Mauá, que foi mudando o nome. Depois virou Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Fui o primeiro.

RMJ: Uma referência histórica importante.

OF: E, é engraçado porque ainda peguei alguns professores antigos da Mauá de quando tinha fama, lembro que tinha uma professora que era aposentada pela UFF, que me falou ter comprado um apartamento com o primeiro pagamento na década de 1950 ou 1960, “eu comprei meu apartamento”. Isso mostra como o magistério público foi valorizado e como é que ele vai caindo. Então, o professor Betinho me pegou e me levou para o diretor, entrou pela secretaria e passou na frente de todo mundo que ali estava esperando. Lembro que o diretor era negro. Vou ver se eu lembro o nome dele, (se não me engano, se chamava Batista). Betinho fala para o diretor e me apresenta dizendo que fui aluno dele no Silva Freire e que era sociólogo e tinha vindo dar aula de sociologia. Lembro que diretor levantou, saímos da sala me apresentou para uma professora que estava ao lado fazendo o horário, acho que era a coordenadora pedagógica, mas não tenho certeza, dizendo: “bota ele aí”. Ela olhou com surpresa e disse: “o quê? Ah, sociologia” olhou o mapa do horário das turmas e falou: “onde?”. Lembro que foi uma situação inusitada, percebi que ela não tinha a mínima ideia o que era sociologia. Aí, me encaixou em uma turma do segundo

ano do segundo grau com apenas 1(um) tempo de aula, naquela época acho que era de 50 minutos, o que fiquei feliz da vida porque soube depois que teve professor de sociologia que ao chegar na escola foi parar na secretaria, ainda teve quem chegou na escola e teve que esperar a disciplina de sociologia ser colocada no horário ao longo do ano letivo. Uma situação complicada.

LPF: Como é que você completava a sua carga horária.

OF: não completava, Lier...não havia essa preocupação. Eu ficava lá depois da aula, eu não dava aula e ia embora, gostava de ficar conversando, entendeu?

RMJ: Aproveitando esse gancho, quer dizer que mesmo com a aprovação em 1989, com o primeiro concurso, na verdade, essa chegada da sociologia, principalmente na rede estadual, a estruturação do ensino de sociologia era muito precária na rede estadual, a verdade era essa?

OF: A verdade é o seguinte não tinha estrutura visando implementação da disciplina com orientações para as escolas. Tinha que ter criado um grupo responsável por isso. O que aconteceu foi que o governo estadual não criou esse grupo, tá. Ele fez o concurso e não criou nenhum grupo especial com representantes daqui ou dali, isso foi criado depois. Diferente da realidade de São Paulo, que foi bem mais estruturado, não só de São Paulo, por exemplo, o Paraná, Minas Gerais que tem as suas próprias lógicas. O Paraná, a Universidade do Paraná. O grupo era muito antenado com a rede de ensino estadual. Engraçado que até hoje a gente vê isso, quando você pega o material do Paraná. É engraçado isso. Entendeu. No Rio de Janeiro não tinha essa articulação. Ao contrário, nós tivemos resistência. Nós tivemos resistência de diretor, de professor, de membro da secretaria. Então, como não tinha uma ordem de cima, a coisa foi levando. Aí eu fui por que? A sorte é que você começa a criar relações. Aí no meu segundo ano. Eu peguei 1 hora aula no terceiro ano, então já era 1 hora aula no segundo ano e 1h aula no terceiro.

RMJ: A verdade é que dependia muito de articulações pontuais e individuais do professor dentro de cada escola. Agora deixa eu fazer uma pergunta. Você falou que acha que essa falta de estruturação... É uma hipótese aqui que eu estou lançando... A gente pode até discutir isso com mais fôlego. Que isso está diretamente ligado a esvaziamento da APSERJ, que foi esse ator político importante, porque as universidades, as

licenciaturas, não estão com essa responsabilidade. Não pegaram isso para si, de atuar dentro dessa estrutura da Secretaria de Educação do Estado... elaborando um programa e as entidades como a APSERJ ou outras entidades sindicais estão esvaziadas nesse momento também, que deixa esse campo do ensino de sociologia muito desguarnecido, muito sob responsabilidade do professor individualmente.

OF: A questão da pressão social é fundamental. A APSERJ tinha um protagonismo fundamental. Por que? Porque nós buscávamos, a gente ia saber. O grupo da educação era um grupo muito atuante, tanto que foi o grupo mais organizado e mais atuante, entendeu? Então, a gente nessa articulação estava se fortalecendo com a secretaria até esse primeiro seminário no SENAI maracanã. Então, a gente foi nesse seminário onde saiu uma proposta de matriz curricular. Com o esvaziamento da APSERJ, ...essa pressão externa deixou de existir, mas acho que isso não foi o principal. O principal, ao meu ver, é que tinha técnicos, quadros técnicos e pedagógicos na SEEDUC e nas escolas que não foram preparados pra pensar a implementação.

OF: E aí, como não tinha mais a APSERJ para pra pressionar, é possível ter surgido ali no seminário e depois uma força tarefa colaboradora. Mas, com a ausência da APSERJ ficou a cargo dos próprios técnicos, do próprio Estado. E aí, quem tinha que implementar a disciplina era a secretaria de educação. A secretaria de educação não criou nenhum grupo. Então, aí, quem tinha que se virar? As escolas. Ou seja, as escolas tinham que se virar. Tanto é que tempo depois, foi criada a Fundação de Apoio à Escola Técnica, a FAETEC, olha aí, já se abre um outro campo, olha a FAETEC. Eu, era docente lotado na Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC e fui forçado a ir para Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro. Lembra disso? Isso foi no governo de Leonel Brizola. Até levaram minha matrícula sem me perguntar nada. Lembro que a antiga Escola XV onde funcionava a FUNABEM em Quintino, passou a ser a sede da FAETEC que juntou todas as escolas técnicas do Estado do Rio de Janeiro. E aí, eu lembro que foi criado um grupo específico para pensar a implementação da sociologia na FAETEC. Eu, acho que até cheguei a participar do início desse grupo para fazer essa discussão internamente.

RMJ: que ano é isso aí?

OF: Eu tenho que recuperar em minhas memórias.

RMJ: No ano de 2000.

OF: Lembro que foi no segundo governo do Leonel Brizola que a FAETEC foi criada.

LPF: Otair, só uma pergunta aí. E aí? APSERJ teria falhado nessa articulação, Ou seja, não se apresentou como, digamos, como interlocutora junto à Secretaria de Educação. Ou não foi aceita como interlocutora? Como é que foi esse movimento?

OF: A APSERJ sempre se apresentou como interlocutora à Secretaria de Educação e ao Conselho Estadual de Educação, tanto que a gente estava lá, nesse encontro que saiu a proposta da matriz curricular. E aí, não tem como você dizer a causa. Qual foi a responsabilidade da SEEDUC e do CEE? Não aconteceu. Foi uma convergência de acontecimentos. A APSERJ tinha dificuldade de se manter enquanto a associação e não se transformou em sindicato. E por que ela não se transformou em sindicato? Porque não tinha gente para sustentar isso. O pessoal que vinha na luta no contexto da democratização já estava cansado, o pessoal já estava saindo e tinha muita despesa cotidiana e não tinha mais quem segurasse. Então, não se transformou em sindicato e continuou pré-sindical, entendeu? E ao mesmo tempo, foram acontecendo outras coisas no país e no Rio de Janeiro. Então, a APSERJ não teve perna. Então, não dá pra dizer que foi culpa da APSERJ. Ela foi até onde podia. Agora, na minha opinião, institucionalmente, cabia a Secretaria de Educação junto ao Conselho fazer esse processo de implementação da disciplina de sociologia. Aí, é que está a precariedade da política, dessas estruturas de governo, desde o quadro técnico à esses procedimentos... Quando você introduz uma disciplina nova, porque ela a sociologia, ela vem introduzida a partir da Constituição estadual. Então, não houve um preparo dentro da SEEDUC e do CEE, entendeu? Então, como é que você esbarra aí? Esbarra na precariedade da estrutura, na falta de preparo de quadros técnicos.

OF: E, é na resistência desses quadros nas escolas, porque quando alguém chegava, “para botar onde? Eu, não quero, aqui não, aqui não tem mais onde colocar”. E aí, é que entra essa coisa do trabalho do professor.

LPF: tem uma disputa na grade curricular por tempo, acho que é uma questão importante a gente frisar.

OF: Exatamente, Lier. Por que é importante frisar isso? Porque nós fomos chamados e quando chegamos na escola, os horários praticamente já estavam prontos. Esse é um detalhe importante. Por isso, quando eu cheguei na escola Mauá e sei a sorte que eu dei. A gente estava lá, estava de cara, o cara olhou e disse “bota ele aí”. Aí, vai. Imagina o cara chegando na escola, vai se apresentar a secretaria, a secretária leva a diretora e até chegar lá na mesa do horário, “olha, olha, o horário já está pronto. Olha aí”.

LPF: E esses profissionais que vieram do concurso de sociologia que foram para as escolas, foram inseridos em outras disciplinas. Você tem notícias desse processo?

OF: Olha, eu acredito que sim. Na época, mesmo com certo esvaziamento, nós como APSERJ, a nossa ideia quando eu participei da reunião da comissão na FAETEC, era fazer um encontro com todos esses profissionais. Detalhe, vários acontecimentos ocorreram que atrapalhou a possibilidade de fazer esse encontro, por exemplo, a própria fundação da FAETEC.

RMJ: A FAETEC é de 1998

OF: Parte desses professores das escolas técnicas foram para a Secretaria da Ciência e Tecnologia. Então, uma parte dos professores ficou na própria Secretaria de Estado de Educação, dividindo os docentes de sociologia do estado, uma parte ficou na educação e outra parte ficou na ciência e tecnologia. Aí, dos que ficaram na Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), eu não tinha mais informações, porque quando estava na ciência e tecnologia só me encontrava com os professores de sociologia de outras escolas técnicas, entendeu? Agora, eu soube que teve professor que pegou a disciplina que deram a ela como história, por exemplo. Teve várias casos e situações que não posso confirmar, não posso dizer. Teria que levantar. Só se a gente pudesse chegar a esses professores que foi dessa primeira, vamos chamar assim dessa primeira leva, a gente poderia chegar até eles e pegar o depoimento. Possivelmente, a gente teria uma ideia de como está cada um e o que aconteceu. O que sei foi que cada um ficou a própria sorte na escola em que se apresentou. Onde foi parar? Teve gente que abandonou.

LPF: Vamos balizar uma questão pra informar até aqueles que estão que vão nos consultar num futuro próximo. Esperamos. Tem a FAETEC, ela vem da FAEP, fundação de apoio à Escola Pública, ainda em 1987, no governo Moreira Franco. E a Lei da

FAETEC, vai vir dez anos depois. Já no governo, Marcello Alencar se transforma em FAETEC. Isso é só pra balizar.

OF: A promessa do governo de plantão era que a gente iria ter 40 horas e um plano de carreira. E não podemos esquecer que o governo de Marcello Alencar (1995-1999) também surgiu dentro da lógica do neoliberalismo, que já estava sendo implantado na América Latina e no Brasil e aí eu lembro da “demissão voluntária”. Não podemos esquecer desse detalhe. Então, são vários acontecimentos que impactam a rede estadual de ensino. Então, eu que tinha lá, se não me engano, 20 horas semanais, a ideia é que passaria para 40 horas com melhoria do salário, mas não era dedicação exclusiva e nem me deram um salário conforme esperava. Eu disse para mim mesmo, “isso não vale a pena, não vale a pena”.

LPF: Você complementava a tua renda.

OF: Então, nessa época eu já tinha deixado o exército e passei a dar aula em escola particular. Minha renda caiu de uma forma desastrosa por um bom tempo. Lembro que comecei a dar aula no ensino superior privado a partir do ano de 1997, porém, antes disso, casado e com dois filhos, ganhava pelo magistério estadual cerca de R\$ 253,00. De acordo com uma tabela louca do governo estadual eu recebia o meu salário sempre depois do dia 15 de cada mês, antes deste dia quem recebia eram os servidores que ganhavam até R\$ 250,00. Eu, não recebia no início do mês por cauda de R\$ 3,00. Então, imagina o que era ganhar esse salário com uma família de quatro pessoas. Então, a gente se virava. Agora, eu cheguei a pegar 40 horas fazendo horas extra que chamava RET. Muitos professores faziam RET, a tal da aula extra, para engordar o salário. Não sei se existe ainda, Mosca, até hoje. E aí, dava aula na Escola Técnica Mauá e também na Escola Técnica Oscar Tenório que ficava na rua ao lado, em Marchal Hermes. Tudo era FAETEC.

LPF: O que significava RET?

OF: Eu não estou lembrado da sigla, mas sei que era como a secretaria chamava a opção de aula extra em outra escola dentro da mesma rede de ensino. Só sei que passei a dar aula a semana toda, na Mauá pela manhã e na Oscar Tenório a noite, fechando os 40 tempos de aulas semanais. Detalhe, o tempo de sala de aula era 40 minutos, se não me engano. Era mais um dinheirinho.

RMJ: É uma precarização mesmo, garantindo o mercado de atuação e uma precarização enorme do trabalho docente.

LPF: Isso você conjugava com família, com formação profissional? Como é que foi isso? Mestrado? Doutorado?

OF: Nesse período, o que aconteceu? Do quartel já tinha ido pra aquela fase áurea do ativista dos movimentos sociais a partir da segunda metade dos anos de 1980 junto com a APSERJ. Aí, o que aconteceu? Eu conheci o Jorge Barros e fui convidado por ele para uma entrevista de trabalho no Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, o CEAP, uma organização não governamental recém criada com ex-alunos da antiga Fundação Nacional do Bem Estar Social, a FUNABEM. Nessa entidade passei a atuar com foco nas questões sociais, especificamente na étnico-racial, gênero, infância e juventude. Passei a participar de forma mais intensa dos movimentos sociais, principalmente daqueles vinculados as causas populares. Lembro que na questão da criança e do adolescente participamos da implementação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente recém elaborado.

OF: Então, a década de 1990 foi de forte avanço nas minhas conquistas pessoais e coletivas, na minha formação e minha atuação profissional e sociopolítica. Ao longo dessa década, dei aulas em escolas privadas e públicas, fiz complementação com o curso de bacharelado em ciências sociais na UERJ, atuei como ativista no CEAP, sobretudo, no movimento negro, fui cofundador do Instituto Civitas de Desenvolvimento Político e Social, cheguei ao ensino superior privado (UNIG) e realizei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (PPACP/UFF, 1997-1999). Lembra disso, meu camarada Lier? A quem eu tenho muita gratidão até hoje. Lembro que tive um fracassado na tentativa de concorrer o mestrado em serviço social na UFRJ, até porque naquele momento eu fazia uma especialização em políticas sociais na UERJ com Emir Sade e Pablo Gentili, uma pós-graduação *latu sensu* que não apresentei o trabalho final de conclusão de curso (TCC) e lamentei muito passando por um momento ruim. De qualquer forma, era uma fase boa na minha vida onde vivi um processo de transmutação saindo da vida militar para a vida de militante, participando de importantes momentos históricos do país através de várias ações

sociopolíticas desde a segunda metade da década de 1980 e ao longo de toda década de 1990. Nunca deixando de estudar.

RMJ: Você voltou para UERJ depois para fazer o doutorado?

OF: Exatamente. Aí, o que aconteceu? Eu voltei para fazer o curso de doutorado em ciências sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ) onde tenho um carinho e muita gratidão com todo o aprendizado que tive desde 1989 quando fiz a complementação com o curso de bacharelado em ciências sociais e conseguir realizar um sonho de estudar numa universidade pública, ainda mais em um lugar onde havia a favela do esqueleto como é a UERJ onde vivenciei uma vida acadêmica de forma intensa e fiz muitos amigos.

LPF: Mauro.

OF: Mauro com certeza faz parte desse universo de luta e amizade desde a década de oitenta.

OF: Estou aqui lembrando que no cenário da constituinte em 1987, o DIAP e o INESC começaram a produzir documentos nacionais acompanhando esse processo e informando toda a sociedade civil, incluindo notas aos deputados constituintes como uma espécie de avaliação. Então, a gente era do CEDOM – Centro de Documentação do Menor, no CEAP, eu, Jorge Barros, Ana Rosa e Luiz Cláudio ao romper com o CEAP, quando pensamos em um trabalho em relação às câmaras municipais tipo um acompanhamento parlamentar próximo aquilo que o INESC fazia, mas de uma forma diferente com a intenção de produzir informações sobre a atuação dos vereadores para os movimentos sociais e para as comunidades naquela época da redemocratização do país. Imaginávamos que com este tipo de ação dali a dez anos a gente poderia ter uma rede de produção de conhecimento sobre as Câmaras Municipais e o comportamento dos vereadores que municiassem a atuação da sociedade civil e dos movimentos sociais. A gente já identificava que poder legislativo se tornara o principal órgão da República e que o poder executivo não podia mais governar sem o legislativo. Foi um trabalho interesse que fizemos sobre o acompanhamento parlamentar da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que teve início e não durou muito. Porém, serviu de inspiração e base para a minha

dissertação de mestrado no PPGACP/UFF que teve como título “O Poder Legislativo Municipal no Atual Contexto Democrático Brasileiro”, defendida no ano de 1999.

OF: Então, nesse momento da fundação do Instituto Civitas e a minha entrada na UFF coincidiu com a minha entrada no ensino superior privado na Universidade de Nova Iguaçu (UNIG), deixando com isso o magistério estadual, iniciando assim a minha carreira no magistério superior. Lembro que quando passei para o curso de mestrado em 1997, fiquei sabendo pela direção da Escola Técnica Mauá que a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) não estava dando licença para ninguém fazer pós-graduação e que não adiantava ir lá pedir licença. Consegui arranjar uma professora substituta para as turmas não ficarem sem aulas de sociologia e fui fazer o mestrado deixando o magistério estadual para trás. Mais tarde, ao ser convocado por uma comissão de inquérito na SEEDUC que me perguntou os motivos do abandono e se eu queria voltar, respondi que não e optei pelo desligamento. Na UNIG (1997-2003), fui docente em vários cursos de graduação (direito, administração, pedagogia, letras, outros) e em várias disciplinas das ciências sociais, principalmente sociologia geral e especiais (das organizações) e metodologia científica. Fui o responsável pela implantação dos cursos de licenciatura plenas em geografia e história. Na geografia primeiro coordenador. Também lecionei em curso de graduação nas Faculdades da Associação de Ensino Universitário atual Centro Universitário UNIABEU (1999-2003). Soma-se a isso, os tempos e experiências que vivenciei na Universidade Estácio de Sá (UNESA, 2002-2009) como coordenador do curso de pedagogia (São João de Meriti) e docentes de vários cursos com diferentes disciplinas e em vários campus dessa universidade. Durante minha vida no magistério superior privado, ingressei no ano de 2004 no curso de doutorado em ciências sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPCIS/UERJ, defendendo a tese em 2008, com o título “O Conselho Municipal de Educação no Brasil: Práticas Políticas e Deliberação Pública em Nova Iguaçu”. Nesse trabalho tínhamos a intenção de estabelecer um diálogo entre a ciência política e a política pública na área da educação, a partir dos conselhos municipais, com a ideia de discutir o Conselho Municipal de Educação de Nova Iguaçu como estudo empírico, porque a Baixada é minha outra paixão.

RMJ: Outro parêntese, na Estácio a gente se encontra outra vez lá em Guadalupe, no Serviço Social.

OF: Na Estácio, fomos o que eu chamo de professor Frankenstein. Eu dei aulas em várias disciplinas, vários cursos e em vários campus, entre os quais no Méier em um colégio e no shopping, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Ilha do Governador, Niterói, Guadalupe.

RMJ: Tem outro termo, que era o termo professor calcinho, que a gente da sociologia, das ciências sociais, tudo que ninguém conseguia falar... diziam tá aí, coloca ele, que ele sabe falar sobre isso. Então a analogia é de uma mesa que estivesse bamba e a gente, professor de Sociologia, fosse lá o calcinho para sempre dar uma sustentação, alguma coisa que tá bambo. Então a gente sempre era chamado para falar, para montar um curso, para estar na banca.

OF: Então, para a gente, finalizando, o que que acontece com a minha carreira? Com esse processo, eu fui me afastando aos poucos das questões relacionadas ao ensino da sociologia no ensino médio. Fui me afastando até me afastar totalmente. Terminei o doutorado e tive outra mudança de direção na minha carreira docente. Nunca me imaginava professor de universidade pública. Nada foi planejado, mas as coisas foram acontecendo. Por isso que eu chamo o meu percurso de PercuVivo onde tudo que obtive são conquistas e superação de desafios. Após o doutorado em 2008, acostumei dizer que aprendi os códigos porque deixaram entrar e afirmava que “agora vamos ser um deles”. No ano seguinte após de ter conquistado o título de doutor em ciência sociais, fiz o concurso público de provas e títulos para professor adjunto da área fundamentos da educação/sociologia da educação, do Departamento de Educação e Sociedade (DES), do Instituto Multidisciplinar (IM), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), fui aprovado e convocado para assumir o cargo de professor da carreira do magistério superior, a partir de agosto de 2009. Esse concurso era fruto do processo da expansão do ensino superior no Brasil promovido pelo governo Lula da época (2003-2006; 2007-2010) que podemos afirmar mudou completamente o mapa da rede pública federal de ensino superior, com a metropolização e interiorização das universidades federais. Essa expansão também provocou mudanças nas licenciaturas plenas com programas de governo específicos. O Instituto Multidisciplinar é fruto disso, é um campus da UFRRJ, no município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Logo que entrei no

Departamento de Educação, Sociedade, abracei a questão étnico-racial e questões sobre a educação das relações étnico-raciais e ao ensino da história e da cultura afro-brasileira entrando para o Laboratório de Estudo Afro-brasileiro e Indígena, o LEAFRO como pesquisador e mais adiante coordenador. Passei a fazer parte da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e criei o Grupo de Estudo Patrimônio, Educação e Cultura Afro-Brasileira. Em conjunto com outros colegas docentes, construímos o primeiro programa de pós graduação *stricto sensu* no IM, campus de Nova Iguaçu/UFRRJ, o PPGPACS – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade dentro da área interdisciplinar da CAPES que começou a funcionar o curso de mestrado a partir de 2017 e que tive a honra de ter sido coordenar (2018-2020), o primeiro coordenador negro e morador da Baixada Fluminense.

OF: Quero retomar essa questão do ensino da sociologia com vocês, com essa questão da história. É que mesmo lá na UFRRJ, nós chegamos a escrever um livro que o professor Luiz Fernandes organizou e publiquei um texto com o amigo eterno Antonio Jardim que também escrevemos um artigo para a revista perspectiva sociológico do Colégio Pedro II (CP2). Ah, detalhe esqueci de falar da minha passagem pelo Colégio Pedro II, antes de eu entrar para a UFRRJ. Eu, ainda não tinha terminado o doutorado, quando prestei o concurso para professor de sociologia no CP2, a que mais uma vez agradeço ao meu amigo Lier Pires Ferreira Junior que me informou e incentivou para fazer o concurso.

RMJ: Esse concurso de 2008, eu acho?

OF: Não sei se foi em 2008. Só sei que entrei no início do ano de 2009. Tá certo, foi o concurso de 2008 porque eu entrei em 2009, mas aí fiquei apenas seis meses, porque fiz o concurso para a UFRRJ. Na verdade, eu fiquei seis meses lá em São Cristóvão II.

LPF: Já tinha feito o concurso pra Rural e estava esperando ser chamado.

OF: Isso mesmo. Mas aí pintou a convocação da UFRRJ me chamando de repente para me apresentar em agosto de 2009. Exatamente nesse momento, ainda lá no Pedro II e que eu deixo de dar aula na rede de ensino privado e passo a partir daí dedicar carreira do magistério público. Na UFRRJ, minha vida passou a ser focada apenas nas instituições universitárias públicas.

OF: Tudo foi e é importante na minha trajetória de vida e carreira profissional e acadêmica. A gente até hoje pauta a questão da sociologia e importância do ensinar sociologia. A gente fala, conta, a gente traz essa história do ensino, da sociologia e isso é muito importante. E a partir do Colégio Pedro II, passei a fazer parte de um feito fantástico que foi a elaboração de um livro de sociologia específico para o ensino médio, feito por professores de sociologia do chão da escola para professores de sociologia, a produção de uma obra extraordinária de ensino de sociologia. O livro *Sociologia em Movimento*, eu considero o trabalho mais importante da minha vida. Coloco lá como referência. Tivemos aí várias edições. Porque é um outro lance também, a dificuldade de você ter referências para o ensino de sociologia produzido por professores de sociologia com experiência no ensino médio. Essa foi uma grande sacação. É uma experiência singular que eu sempre falo. Isso merece um documentário, por conta que foram ali 18 autores em uma construção coletiva, entendeu? Era uma equipe diferente e conseguimos fazer isso em dois ou três anos, por aí.

LPF: Demorou mais um pouquinho, porque teve uma fase. Depois, quando conseguimos uma editora, aí ficou mais rápido.

OF: Eu costumo dizer pessoal, que foi um dos processos mais ricos de produção coletiva que tive a honra de participar. Por isso agradeço a todos, principalmente ao nosso amigo professor Lier, que sempre foi esse cara de atirar e ir atrás da bala, é um ninja. Ele é um ninja. Rapaz, vai atrás da bala meu irmão e vamos ver o que vai dar. Então é isso, é muito orgulho, porque a sociologia a partir daí passa a ter o parâmetro de referencial dos próprios professores para os professores. Sem desmerecer as outras profissões, entendeu?

LPF: Porque o primeiro livro que é feito por professores da escola básica, nesse momento você não estava na Rural, você estava no Pedro II. Era um parâmetro que eu tinha tirado lá na minha loucura, de que a obra só poderia contar naquele primeiro momento com professores que estivessem vinculados à escola básica. Ela podia fazer o que ele quisesse na vida, mas ele tinha que ser na base. Verdade, verdade.

OF: E foi uma sacação fantástica.

LPF: Então foi a primeira vez no Brasil que uma obra didática foi feita por professores da escola básica, ou seja, que estavam escrevendo o livro no horário depois de ter saído

de sala de aula. Na verdade, o pessoal da licenciatura da turma da Gracielle, que eles participam de uma outra revolução que é a licenciatura lá do Pedro II ser a primeira licenciatura na história do Brasil, formada por uma instituição de escola básica que é o fantástico da escola Básica, sempre foi formado pelo ensino superior. Agora é o contrário. Agora é o professor da escola básica sendo formado pelo professor da Escola Básica no ensino superior.

OF: Então, pra gente finalizar, eu quero dizer o seguinte que a história, a minha história com a sociologia, as ciências sociais, só foi possível porque tive ajuda de várias pessoas importantes na durante todos esses anos. Uma foi fundamental e que mudou a minha visão e que me fez seguir a carreira de professor de sociologia que eu já tive para desistir. Foi o Antônio de Ponte Jardim. Eu me lembro lá atrás que conheci o Oséias Laranjeiras que foi também importante, a Maria Helena Mendonça, o Mauro Petersem Domingues, a Paula Martini, o Lier Pires Ferreira Junior, outros. Todos foram figuras importantíssimas, ainda tem o Santo Conterato, o meu amigo e compadre Jorge de Barros. Lembro do Jorge Aparecido primeiro sociólogo negro que apareceu na APSERJ estudando e analisando o mercado de trabalho para o sociólogo e com recorte racial. E, todos foram importantíssimos. Mas, o Antonio Jardim, foi fundamental para mim, porque eu quase desisti de tudo naquela fase bem ruim que é largar tudo isso. E, ele estava ali sempre falando “se largar, eu meto a mão em você. Olha para trás, vê quanto construiu, acha que é fácil chegar até aqui, um menino pobre, negro, do morro e tal, não tem direito de desistir”. É com isso aprendi. Eu não tinha direito de me desanimar e nem desistir. E isso eu sinto muito orgulho e dizer que vocês são importantes. Obrigado, pessoal! Axé.

RMJ: Acho que foi ótimo, ? Agradecer mais uma vez. Acho que a gente pegou todos os pontos do roteiro aí, ? Apesar que a gente fazia de praxe a Gracielle fazendo a finalização, Mas acho que o Otair aí já foi aí na dinâmica da fala dele, conseguiu, ? Falar do que ele faz hoje nas Ciências Sociais e finalizar bem.

RMJ: Foram quase... Foram duas horas, A gente também estourou nosso tempo, Mas ótimo. Foi necessário. Porque o depoimento foi muito rico.

LPF: E dizer que esse trabalho se encerra com essa etapa. Essa primeira etapa com a tua entrevista das sete entrevistas que nós fizemos, a Graciele está fazendo a degravação. Eu

e o Mosca estamos fazendo a revisão. Depois você vai receber o material para autorização legal, publicação, etc. E com a revisão, você também vai receber o material gravado dessa entrevista para que você certifique antes de publicar. Isso vai ser vai acontecer com todos os autores. A exceção, quero dizer aqui do professor Luiz Carlos Fiori, que é uma pena, veio a falecer antes que nós concluíssemos a degravação da entrevista dele. Eu e o Mosca tiramos essa decisão de que todas as entrevistas passarão de novo para as mãos dos entrevistados, para que eles se certifiquem que têm a degravação e aí a gente tenha uma tranquilidade ainda maior de fazer a publicação encaminhar. E certamente, no futuro próximo, eu, Mosca, Graciele, Nós vamos encaminhar uma segunda etapa desse projeto, pegando aí mais os anos 90.

GR: Obrigada. A entrevista foi ótima.

OF: Eu que agradeço!

RMJ: Fechamos então, obrigado mais uma vez, Otair.